

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE: CLÍNICA E CULTURA
MESTRADO EM PSICANÁLISE

A EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA: *Testemunho Narrativo e Endereçamento Alteritário*

MARIANA MACHADO FELIN

ORIENTADORA: Profa. Dra. MÔNICA MEDEIROS KOTHER MACEDO

Porto Alegre, dezembro de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE: CLÍNICA E CULTURA
MESTRADO EM PSICANÁLISE

A EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA: *Testemunho Narrativo e Endereçamento Alteritário*

MARIANA MACHADO FELIN

ORIENTADORA: Profª. Dra. MÔNICA MEDEIROS KOTHER MACEDO

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Psicanálise do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Psicanálise.

Porto Alegre, dezembro de 2021

AGRADECIMENTOS

Ao término deste instigante, desafiador e prazeroso percurso de Mestrado, gostaria de agradecer àqueles que participaram direta e indiretamente de minha formação acadêmica, profissional e pessoal, contribuindo para meu crescimento e para que eu pudesse seguir alcançando sonhos.

À minha orientadora, Profa. Dra. Mônica Macedo, meu profundo reconhecimento e agradecimento pelo acolhimento, desde a Iniciação Científica, no Grupo de Pesquisa. Obrigada por despertar em mim, na época da graduação, o interesse pela pesquisa e pela psicanálise. Muito obrigada pela disponibilidade e generosidade com que transmite teu conhecimento, pela leitura atenta da Dissertação e, sobretudo, por mostrar que os laços acadêmicos podem ser ainda mais fortes quando se tem afeto.

À minha inseparável dupla de Mestrado, Raíssa. Muito obrigada pelas longas conversas, muitas figurinhas e infinitas risadas. Nossos trabalhos, artigos e trocas foram fundamentais, mas tua amizade deixou esse percurso ainda mais leve. Encerro esse momento com a certeza de que nossa parceria dentro e fora da academia seguirá, nos trabalhos que ainda virão e nos drinks que não foram tomados.

Às acadêmicas de Psicologia, Isabela e Marina, obrigada pela parceria e entusiasmo nas produções de trabalho e artigos.

Aos meus pais, Edson e Marta, obrigada pelo incentivo, torcida e por sempre mostrarem a possibilidade de crescimento. Tenho certeza das fortes raízes e da qualidade de “ajuda alheia” que vocês me proporcionaram. Obrigada pelo amor, por sempre oferecerem um lugar para que eu pudesse voltar e, ao mesmo tempo, ajudarem a transformar Porto Alegre em um novo lar.

Ao meu irmão, João Pedro, obrigada pela companhia em Porto Alegre e por mostrar, nas nossas diferenças, outras possibilidades de viver a vida.

Ao Saulo, que além de ser um grande incentivador na pesquisa, também o é em relação aos sonhos, mostrando que é sempre bom poder compartilhá-los. Obrigada pelo encontro “na porta ao lado”.

Às minhas supervisoras na Sigmund Freud Associação Psicanalítica, Lizana, Sissi e Eurema, meu profundo agradecimento pela possibilidade de ampliar a escuta, e contribuírem com provocações que despertam em mim ainda mais vontade de poder seguir estudando.

À Kátia, obrigada pela minha escuta. Nosso trabalho possibilitou que eu encarasse muitos caminhos.

Às minhas amigas de Uruguaiana, que vibram comigo a cada conquista.

Às Dras. Eurema, Marta e Milena, obrigada pelo aceite ao convite de participar da Banca de Defesa e contribuir com a minha pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de financiamento que viabilizou a efetivação dessa pesquisa e possibilitou a realização desse Mestrado.

Meu enorme e carinhoso muito obrigada a todos!

SUMÁRIO

1. Introdução	6
2. O universo da pesquisa – subsídios teóricos para empreender a escuta do singular .	9
2.1 Pontos de partida: os dramáticos contextos de saída.....	9
2.2 Testemunho Narrativo e Endereçamento Alteritário: aproximações ao campo da pesquisa	14
3. A Pesquisa e suas etapas	20
4. A escuta dos testemunhos narrativos e as (im)possibilidades no endereçamento alteritário – configurações da dor, descaso e violência no campo do humano.....	26
4.1 TESTEMUNHO NARRATIVO.....	29
4.1.1 Histórias de vidas não inteiramente vividas e o direito ao plenamente vivido	29
4.1.2 Repetição dos excessos e desafio à criação	44
4.2 ENDEREÇAMENTO ALTERITÁRIO.....	58
4.2.1 Marcas de hospitalidade, obstáculos no acolhimento e incremento ao desalento	58
5. Considerações Finais	79
Referências.....	83
Anexos	90
Anexo A – Parecer Consubstanciado do CEP/UFRGS.....	91
Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	95
Anexo C - Ficha de Dados Pessoais e Sociodemográficos.....	96

1. Introdução

A presente Dissertação de Mestrado, intitulada *A experiência migratória: testemunho narrativo e endereçamento alteritário*, foi desenvolvida no Grupo de Pesquisa Psicanálise: psiquismo, subjetividade e pesquisa, coordenado pela Prof^a Dr^a. Mônica Medeiros Kother Macedo, vinculado à linha de pesquisa Psicanálise e Cultura, do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura (PPGCLIC) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esta pesquisa desenvolveu-se a partir da inserção da mestranda no referido Grupo de Pesquisa, encontrando-se vinculada a um Projeto Maior, intitulado **Movimentos Migratórios: complexidades e demandas à investigação em Psicanálise**, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Psicologia da UFRGS, Parecer número 3.202.517 (Anexo A). O reconhecimento da contribuição dos aportes da psicanálise na leitura e compreensão dos fenômenos da cultura, situa as diásporas humanas como importante foco de estudos e pesquisas, desde 2017, da professora coordenadora do Grupo.

Nesse sentido, a psicanálise, com seu arcabouço metapsicológico, para além da compreensão acerca das produções de sofrimento psíquico que emergem na clínica, contribui sobremaneira na problematização de fenômenos da cultura. Os textos freudianos relativos a estes fenômenos propiciam consistentes subsídios de reflexão acerca da potência dos aportes psicanalíticos sobre o sujeito e sua relação com a cultura, possibilitando destacar nuances singulares a partir de um fenômeno coletivo. A psicanálise contempla, assim, ferramentas essenciais de estudo, compreensão e denúncia de movimentos que se dão no campo alteritário. Logo, considera-se a complexidade presente no movimento migratório como expressão de um fenômeno coletivo, mas cujas nuances contempla inegáveis efeitos singulares. Entende-se que, por vezes, a dimensão de coletivo pode ofuscar as problemáticas individuais nele implicadas, bem como o efeito devastador que provoca a recusa ao direito de inserção do sujeito no laço social. Assim, ao explicitar tanto as demandas do coletivo e do sujeito migrante, quanto as

condições do outro em acolher e reconhecer a legitimidade e importância do que lhe é demandado, considera-se que os aportes psicanalíticos têm muito a contribuir. É, portanto, por meio da reflexão e da problematização sobre as tramas do laço social e dos princípios que regem uma convivência “civilizada” entre sujeitos diferentes, mas que compartilham a categoria de *semelhante*, possível desvelar impasses da história do sujeito e de seu encontro com o outro. O sujeito migrante dá testemunho daquilo que a cultura tenta manter silenciado.

As diásporas humanas fazem parte da História, ocorrendo em função de diferentes razões, tais como conflitos armados, questões econômicas, políticas, em função de desastres naturais ou, ainda, pela busca de melhor qualidade de vida (Nunes & Oliveira, 2015; Costa & Reusch, 2016). Com o advento da globalização, o fluxo de informações sobre a vida em outros países possibilitou uma crescente busca por oportunidades, tanto relativas às novas situações profissionais, quanto em relação às condições de qualidade de vida, contribuindo para a maior ocorrência de migrações. Porém, tal aumento de deslocamentos não foi acompanhado por um aumento nas oportunidades nos novos países, havendo, inclusive, uma tentativa de restrição em relação ao fluxo de migrantes (Vasconcelos & Botega, 2015; Espinoza, Guizardi & Torralbo, 2018).

Em relação ao Brasil, segundo dados que reúnem informações decorrentes de três órgãos do Governo Federal (Polícia Federal, Ministério da Justiça e Segurança Pública, e Ministério da Economia), entre os anos de 2010 e 2018, foi registrada a entrada de mais de 700 mil migrantes no país (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2019). Dados divulgados pelo último relatório realizado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), apontam que, no período entre 2010 e 2019, haitianos e venezuelanos lideraram o ranking de migrantes e refugiados que entraram no Brasil (Cavalcanti, Oliveira & Macedo, 2020). O maior fluxo migratório, em 2018, revelou números que indicam aumentos de 39% de haitianos e 14,7% de venezuelanos (Cavalcanti, Oliveira, Macêdo, & Pereda, 2019). Nesse sentido, o Brasil tornou-

se, em 2018, o sexto país no mundo com o registro de maior número de pedidos de asilo, testemunhando um aumento significativo destes pedidos principalmente em relação aos venezuelanos, que passaram a representar 75% - chegando a mais de 60 mil pedidos (ACNUR, 2019). Os dados quantitativos desvelam intensos deslocamentos humanos nos últimos anos, tendo o Brasil como país de destino.

Constata-se que, apesar da dimensão do fenômeno se apresentar por meio de tais dados, esses tampouco esgotam ou alcançam a complexidade presente no estudo e na abordagem da temática. Os dados denunciam a gravidade da situação, mas revelam, sobremaneira, a importância de acesso e atenção aos sujeitos, quando considerados além do que os alarmantes dados estatísticos já sinalizam. A referência ao fenômeno de maneira coletiva, mediante o uso de termos, na mídia, de *massa migratória* e *crise migratória*, atribui uma homogeneidade que desconsidera nuances relevantes, encobrindo o fato de que cada uma dessas vidas humanas é afetada de forma singular pelas condições impostas no movimento migratório.

Dessa forma, ao referir a uma massa uniforme, toma-se distância do caráter singular presente no deslocamento, dificultando que haja uma sensibilização à escuta do sujeito presente nessa cena, correndo-se o risco de deixá-lo deslegitimando em seu sofrimento e vulnerabilidade. No reconhecimento de que o fenômeno afeta a vida *de pessoas*, busca-se que a acolhida possa inaugurar novas modalidades de laços sociais, não reproduzindo a crueldade que motivou, anteriormente, a saída da pátria (Macedo, Rosa & Felin, 2020). Assim, com o intuito de ampliar e aprofundar a reflexão sobre os processos migratórios, destaca-se a imprescindibilidade de espaços de discussão que abarquem questões coletivas, mas também singularidades. Assim, teve-se como objetivo nesta Dissertação, exercitar o que Macé (2018) descreve com o uso do verbo *considerar*: olhar com atenção e minúcia que reconheça, no sujeito e em sua narrativa em primeira pessoa, o “direito das vidas” (p. 38).

2. O universo da pesquisa – subsídios teóricos para empreender a escuta do singular

2.1 Pontos de partida: os dramáticos contextos de saída

O fluxo migratório associa-se às complexas condições que aludem à história social, política e econômica do país do qual os sujeitos se deslocam. Assim, para a compreensão do movimento de saída da pátria e do processo, na maior parte das vezes, árduo de deslocamento empreendido pelo sujeito, é importante o conhecimento de seu contexto de origem e as singularidades de suas histórias de vida. Tais condições comportam diferentes efeitos, tanto no que se refere ao processo empreendido de saída, como nos recursos possíveis de enfrentamento das condições de chegada ao destino buscado.

O importante aumento do fluxo migratório de haitianos e venezuelanos para o Brasil, convocou a busca de subsídios para a compreensão dos desafios enfrentados por esses sujeitos. Considerando-se a história dos países de origem, percebe-se o lugar marginal que lhes era imposto pelos próprios governos diante da crescente precarização de condições sociais, políticas e econômicas. Este cenário de precariedade e vulnerabilidade tem importantes efeitos no que se refere ao campo das experiências e, também, na mobilização de diversos afetos. Como contraponto à passividade e dessubjetivação próprias às condições de precarização as quais estão submetidos, os sujeitos migrantes passam a exercer movimentos de atividade em busca de melhores condições. Entende-se que tais movimentos também podem ser considerados como tentativas de ruptura com a violência que lhe é dirigida. Macé (2018), ao afirmar que “essas vidas são furtadas ao presente” (p. 28), destaca a importância de não serem enclausuradas em um “ei-lo, pois, vítima, vítima de sempre!” (p. 28). Para a autora, a partir de sua reflexão sobre a vida nos campos de migrantes e refugiados, é possível abrir um caminho recíproco no qual a consideração ao outro promova cuidado, estima, e a reabertura de uma possibilidade: “e você, como é que vive, como é que faz, como se vira para viver aí, viver essa violência e sua aflição, a esperança, seus gestos: como você se debate com a vida? – uma vez que, é claro, eu também

me debate nela” (p. 28). Nesse contexto e intenção, situa-se esta investigação que buscou *considerar*, a partir das narrativas dos migrantes, suas histórias de vida e suas experiências de deslocamento, o valor de seus testemunhos e o endereçamento alteritário neles implicados.

Em relação ao Haiti, a dramaticidade de sua história oferece, inegavelmente, elementos essenciais para a compreensão da intensificação da onda migratória ocorrida a partir de 2010. Sabe-se que um dos principais fatores para tal foi a ocorrência de um devastador terremoto em seu território. Um olhar acurado permite constatar, porém, que além deste importante e dramático acontecimento, o Haiti carrega outras devastadoras marcas de “intervenções, regimes ditatoriais, corrupção e desastres ambientais, originando a atual realidade socioeconômica e política” (Moraes, Andrades & Mattos, 2013, p. 97). Destaca-se, dessa forma, que uma grave crise política e econômica já assolava essa população, sendo intensificada pela ocorrência do terremoto, em 2010, seguido por um surto de cólera e dois furacões, corroborando para a saída massiva de haitianos do país (Espinoza, Guizardi & Torralbo, 2018). Aliado ao desastre natural ocorrido, os haitianos partiram de sua terra natal em busca de melhores condições de trabalho e de vida, com o intuito, também, de ajudar familiares que haviam permanecido no Haiti. Considerando-se a escolha do Brasil como país de destino, constata-se que, na chegada, os migrantes haitianos se depararam com obstáculos bastante significativos. A questão da língua, a dificuldade em relação à procura de emprego e, principalmente, a difícil relação com os brasileiros foram alguns desses entraves na chegada ao novo país (Silva & Lima, 2016).

Assumindo-se, portanto, a influência das condições de vida referentes à pátria abandonada via decisão de apostar no deslocamento (migração ou refúgio), quando se trata de compreender o movimento empreendido por cidadãos venezuelanos, outras questões precisam ser consideradas. Essa população vive assolada por uma grave crise política em seu país, que gerou, ao longo do tempo, uma séria depressão econômica, contribuindo para que a população, desde 2014, saísse do país e procurasse em outros países novas oportunidades (Simões,

Cavalcanti, Oliveira, Moreira, & Camargo, 2017). A Venezuela tem uma das maiores reservas de petróleo do mundo, porém, a intensificação da crise do modelo econômico extrativista provocou um aumento irrefreável da inflação, corroborando para que, à grande parte da população, alimentos, remédios e produtos básicos se tornassem inacessíveis (Espinoza, Guizardi & Torralbo, 2018; Freier & Parent, 2018). Além disso, a queda nos preços do barril de petróleo teve um impacto direto nas políticas sociais do país, pois estas eram financiadas com a receita deste produto. Aliada à crise econômica, em 2018, a situação política no país se agravou com a eleição do atual presidente, contestada por muitos países, dentre eles o Brasil e, também, pela própria população, que foi às ruas para protestar contra o governo. A complexa situação política e econômica provocou, portanto, um acirramento nas condições sociais na Venezuela, contribuindo para a crise humanitária que hoje assola o país, na qual 80% da população se encontra abaixo da linha da pobreza (Espinoza, Guizardi & Torralbo, 2018; Freier & Parent, 2018).

Nesse dramático cenário, o deslocamento de venezuelanos intensificou-se ao longo dos últimos anos, ocasionando na saída de milhões de pessoas do país, em busca de novas condições de vida. Estima-se que 250 mil venezuelanos tiveram como país de destino o Brasil, em função da proximidade, via fronteira terrestre, com o estado de Roraima (ACNUR, 2020). Dada a precária situação em que ocorrem esses deslocamentos, notadamente forçados em função da garantia de sobrevivência do povo venezuelano, há um importante reconhecimento, por parte do Brasil, da grave condição de violação de direitos humanos que concerne a esta população (ACNUR, 2020).

Reconhecida a especificidade do contexto das diásporas e afirmada a singularidade do sujeito protagonista do deslocamento empreendido, percebe-se que há, em comum na história desses migrantes, inegável precariedade social, política e econômica experienciada em seus países de origem. Tanto Haiti quanto Venezuela são países cujo trato com a população denuncia

a presença de devastadoras condições de descuido e violência. A migração, como uma tentativa de romper com a violência e a miséria experienciada, buscando “ampliar horizontes, conquistas, promover deslocamentos psíquicos ou mesmo romper apegos melancólicos a estilos de vida estagnados” (Rosa, 2018, p. 56) encontra, muitas vezes, a intensificação de condições prévias de vulnerabilidade social. As condições de trabalho, moradia e alimentação que encontram são, muitas vezes, insalubres e somam-se à difícil responsabilidade desses sujeitos de enviar dinheiro, alimentos e remédios aos familiares que ficaram no país de origem (Santos & Meza, 2021). Ainda, as condições de inserção no mercado de trabalho são dificultadas não só pela barreira linguística, mas, também, pela burocracia existente na revalidação dos diplomas, levando anos para que tenham sua experiência profissional reconhecida (Cipriano, 2021). Esta vulnerabilidade social não significa que se deva fomentar o aprisionamento do sujeito na identidade de “vítima”, como alerta Macé (2018). O reconhecimento à condição de vulnerabilidade, como assinala Gondar (2012), implica proteção, considerando-se a responsabilidade frente à vulnerabilidade destas pessoas, mas, também, a admissão de um potencial transformador.

A modalidade de escrita que sustenta essa Dissertação ancora-se nos aportes metodológicos de investigação psicanalíticos, tanto no que tange à escuta dos participantes, quanto nas ferramentas teóricas que possibilitam a problematização dos dados. Para tanto, destaca-se as nuances singulares dentro de um fenômeno coletivo da cultura, de modo a evidenciar os elementos presentes nos testemunhos dos participantes. Na leitura proposta, nesta Dissertação sobre as diásporas contemporâneas, entende-se que o deslocamento empreendido comporta uma dimensão de não passivação e adaptação do sujeito, testemunhando sua demanda de *re-conhecimento* no campo alteritário. Como escreve Ferenczi (1931/2011) sobre os custos psíquicos do traumatismo, “toda adaptação é uma morte parcial, renúncia a uma parte da individualidade” (p. 287).

Assim, como testemunho do descaso e violência alheios, sua vulnerabilidade demanda reconhecimento e acolhimento alteritário. O impedimento de tal feito, além de atualizar a indiferença na chegada ao novo país, no qual lutou arduamente para chegar, deslegitima e não dá crédito a sua não conformidade ou adaptação à precarização de sua condição humana. Assim, no intuito de problematizar o deslocamento empreendido como busca ativa por melhores condições de vida, recupera-se um horizonte de possibilidades a serem construídas por um sujeito que se desloca em busca de uma aposta em um legítimo dever.

Entende-se que há, majoritariamente, na literatura sobre as diásporas contemporâneas, uma ênfase na identificação de sintomatologia e atribuição de patologias à experiência de deslocamento (Brunnet et al., 2019), bem como de leituras que ora denunciam um olhar preconceituoso e de rechaço direcionado ao estrangeiro, ora destacam sua condição de vítima (Achotegui, 2012, 2017; Rodríguez, Pineda & Muñoz, 2020). De qualquer modo, exclui-se desta dinâmica de extremos, com semelhantes elementos de violência, aquilo que poderia alinhar-se à promoção de possibilidades de saída da passivização imposta nos países de origem. Sejam as condições precárias que fomentam seu deslocamento – a partir de injustas e desiguais práticas políticas, econômicas e sociais –, sejam as modalidades de acolhimento no país de chegada, práticas de dessubjetivação podem ser reeditados. Assim, ao direcioná-lo à uma aceitação passiva de suas “políticas” migratórias, ou, ainda, ao buscar “adaptá-lo” na chegada aos contextos (nas dimensões macro e micro) no qual os representantes estatais apresentam os “processos” a serem cumpridos para efetivar a “acolhida” ao sujeito migrante, outras facetas de violência podem impor-se mediante práticas de indiferença.

Ao considerar o processo migratório como um fenômeno de massa, destacando-se apenas o que há de coletivo na diáspora, corre-se o risco de, também, instituir formas de acolhida homogeneizante, excluído do campo de atenção diferenças de demandas e de histórias de vida. Assim, visando a consistência de reflexões e intervenções pertinentes a esta complexa

temática, a Psicanálise oferece aportes que dão subsídios para fomentar condições de consideração e reconhecimento às nuances de um fenômeno coletivo, e das singularidades humanas nele contempladas.

2.2 Testemunho Narrativo e Endereçamento Alteritário: aproximações ao campo da pesquisa

Buscou-se, nesta Dissertação de Mestrado, explorar temáticas relativas ao experienciado no campo intersubjetivo, dialogando com interpretações diversas de vulnerabilidade e suas vinculações aos impasses do campo alteritário. A partir de investigações anteriormente desenvolvidas, vinculadas também ao Projeto Maior “Movimentos Migratórios: complexidades e demandas à investigação em Psicanálise”, constatou-se a relevância do acesso à narrativa do sujeito migrante (Macedo, Felin, Rosa & Dias, 2021; Dal Forno, Canabarro & Macedo, 2021; Macedo, Rosa & Felin, 2020; Dal Forno, Canabarro & Macedo, 2020; Nüske & Macedo, 2019; Grigorieff & Macedo, 2018.). A partir desses aportes, de leituras prévias acerca da temática da migração e, ainda, do trabalho com os dados coletados, foi possível explorar os dois conceitos centrais nesta Dissertação: *testemunho narrativo* e *endereçamento alteritário*. Trata-se de conceitos cujas diversas configurações e modulações permitiram explorar a singular dinâmica nas experiências migratórias investigadas.

Pertinentes e consistentes aportes encontrados nos textos freudianos permitiram a construção destes conceitos. Sigmund Freud, nos textos *Projeto para uma psicologia científica* (Freud, 1895/1996) e *Além do princípio do prazer* (Freud, 1920/2010), apresenta dois paradigmas que demonstram a indissociabilidade entre elementos internos e externos para a compreensão do sujeito psíquico. O primeiro refere-se à inerente condição de desamparo do ser humano, a qual não se situa no campo da psicopatologia, mas sim, decorre da vulnerabilidade e dependência do outro que se faz presente desde o início da vida (Freud, 1895/1996). O

segundo, ao tratar de situações de excesso impostas ao psíquico, desvela que, mesmo sujeitos com “adequados” recursos psíquicos de enfrentamento às adversidades, podem ter suas barreiras protetivas rompidas em situações de intensidades inesperadas (Freud, 1920/2010). Contudo, mesmo em situações que invadem o psiquismo a partir de intensidades, não há uma correlação direta e linear com a atribuição patologizante, mesmo que identificada a necessidade de um trabalho de recomposição psíquica frente ao experienciado. Entende-se que a identificação do necessário trabalho de reconstrução das barreiras psíquicas protetivas, recupera o sujeito em sua dimensão de não submetimento ao excesso, e lança-o na busca por condições singulares de subjetivação. A psicanálise, desde seu nascimento, dá testemunho de que a narrativa do sujeito sobre si permite esse trabalho de recomposição psíquica, fomentado pelo enlace das intensidades com a palavra.

As duas proposições freudianas, exploradas nos textos de 1895 e 1920, foram tomadas como modelos para desenvolver o argumento investigativo a respeito da experiência migratória, na medida em que convergem na ideia de que, a partir de uma intensidade externa que ingressa no aparelho psíquico, há a exigência de realização de trabalho psíquico. Considerando-se o paradigma da intersubjetividade, tomado a partir da perspectiva de Hornstein (2010), que relaciona a intersubjetividade à construção da subjetividade, ressaltando a complexidade presente que vai além de uma concepção vincular, tais proposições possibilitaram explorar a temática do jogo dinâmico de investimentos psíquicos da relação do sujeito com o outro. Ou seja, os aspectos facilitadores, bem como os impasses que se apresentam, de forma explícita ou implícita, no campo intersubjetivo no que se refere às experiências de migração ou refúgio.

Tomou-se, portanto, a experiência migratória também como uma intensidade que se apresenta ao sujeito, instaurando uma demanda de processamento psíquico. Diante dessa nova demanda, o sujeito é convocado, na relação com a cultura e consigo mesmo, a dar conta do que a ele se apresenta, e cujas intensidades implicam inegável trabalho psíquico. A partir do

deslocamento territorial empreendido, é evidente que haja um necessário deslocamento psíquico (Rosa, 2018), na medida em que o sujeito precisará acomodar, em si, rupturas e transformações relativas a este processo.

Freud (1895/1996), ao definir um modelo de aparelho psíquico que servia como um meio de captura e metabolização para o que ingressa desde o externo e o que excita desde o interno, faz considerações acerca da manutenção da homeostase por meio da descarga. Porém, os avanços clínicos, que permitiram também as modificações teóricas, contribuem para a complexificação do pensamento freudiano. O aparelho psíquico, tomado em uma nova perspectiva de metabolização, a partir da realização de trabalho psíquico, encontra, na palavra, um “potencial elaborativo e enunciativo” (Kegler & Macedo, 2016, p. 173). Na empreitada psíquica que tem o intuito de dar conta das intensidades diante das quais está exposto, Kegler e Macedo (2016) afirmam que uma das vias possíveis para o sujeito realizar capturas e ligações se dá por meio do recurso à palavra, possibilitando, assim, um processo de historicização do vivido.

No campo de estudos referente ao excesso de intensidades psíquicas, as autoras revelam o paradoxo existente. Por um lado, a impossibilidade de representar e, portanto, narrar vivências de excesso; e, por outro, a imprescindível função narrativa frente ao irrepresentável, “como via de contenção de intensidades disruptivas” (Kegler & Macedo, 2016, p. 180). A aparente passividade diante de intensidades as quais o sujeito está exposto e, frente as quais se vê incapaz de exercer domínio, pode ser rompida justamente na transformação de sua condição subjetiva. Desta forma, a realização de um trabalho de ligação de intensidades se dá mediante a possibilidade de exercer um trabalho ativo frente às intensidades que o assolam, fomentando o enlace de tais intensidades com a palavra e gerando, assim, a criação de uma narrativa de si.

Como referido, a palavra adquire um caráter central na teoria e técnica psicanalítica, uma vez que é por meio dela que se recupera o protagonismo do sujeito diante daquilo que lhe

acomete. A condição de uma palavra própria, ancorada a um espaço de escuta, abre vias possíveis de construção de uma narrativa na qual intensidades podem adquirir sentido e contemplar sua carga de afeto.

Nesta investigação, propõe-se o termo testemunho narrativo a fim de demarcar que, além deste trabalho de ligação possibilitado pela palavra, é imprescindível considerar a existência daquele a quem o migrante endereça sua narrativa. Perrone e Moraes (2014), ao articularem os conceitos de trauma, escuta e testemunho, destacam a importância da palavra na tentativa de recompor uma história e “construir tramas de sentido por meio da recomposição nos labirintos de memória” (p. 39).

Ao explorar a temática do traumático, no qual se dá um devastador efeito de desprazer e sofrimento psíquico, Antonello e Gondar (2014) reconhecem que há, no testemunho, importante via pela qual o sujeito realiza uma tentativa de dominar tais intensidades. Os autores se dedicam, então, a explorar o recurso do testemunho que pode operar nessas condições. Frente às intensidades que invadem o psiquismo, realiza-se uma importante mudança de posição subjetiva. Assim, há uma inversão de uma posição passiva do sujeito para outra ativa, que possibilita por meio do testemunho um processo de criação, e não mais apenas de repetição do traumático (Antonello & Gondar, 2014). Como há um excesso presente no que ingressou no aparelho psíquico, não havendo possibilidade de ligação e representação, coloca-se em xeque outra questão: como narrar/testemunhar o inenarrável? Os autores propõem que a representação é um dos destinos possíveis para as impressões perceptivas, mas não é o único. O testemunho entra em cena, então, justamente na medida em que é preciso criar palavras para narrar aquilo que foi, na verdade, “invivível” (Antonello & Gondar, 2014). Destaca-se, portanto, “a capacidade do eu (...) de resistir a situações extremas e, a despeito de todo infortúnio vivido, extrair forças no interior da própria desgraça, transformando-a em linguagem” (Antonello & Gondar, 2014, p. 102).

Quando o migrante/refugiado consegue construir uma narrativa, ocupando-se de atribuir palavras à sua experiência de deslocamento, entende-se que, mais do que uma narrativa, é possível identificar um *testemunho*. Perrone e Moraes (2014), ao destacarem o encontro entre o testemunho e a escuta, propõem que as condições do testemunho contribuem para que o sujeito possa reconhecer-se no seu próprio discurso e, a partir disso, trilhar novos caminhos de subjetivação. O espaço de escuta ofertado pelo outro, ancorado em sua capacidade de “dar fala” (Conte, 2014, p. 91), é o que confere, também, valor ao testemunho.

Ainda, destaca-se que a pesquisa com o método psicanalítico, por sua especificidade na atribuição de valor à palavra do sujeito, ao realizar um convite à fala que enfatiza a singularidade, ancora-se na oferta de um espaço de escuta à palavra própria do sujeito. Assim, possibilita não só escutar a singularidade que lhe é própria, como também cria um espaço potencial para que o testemunho narrativo se instaure. Nesse sentido, “ao singularizar-se em seu testemunho o sujeito rompe com o ‘silêncio do traumatizado’ ou com a ‘impossibilidade do dizer’, para alinhar a memória, o afeto e a representação em configurações atuais autorizadas nos atos de pensar-se, recompor-se e recriar-se” (Perrone & Moraes, 2014, p. 40).

Na esteira da proposição do *testemunho narrativo*, precisa-se pensar na contraparte que é ofertada ao sujeito migrante no campo alteritário. Na medida em que reencontra, no país de destino, situações que atualizam e incrementam estados de violência, crueldade e indiferença experienciados anteriormente, sua condição de ser é novamente desconsiderada, não sendo dado crédito e legitimidade a seu testemunho. Assim, a dramaticidade do campo de estudos das migrações e, principalmente, a escuta desses sujeitos, revela a necessária consideração aos efeitos, neles, dos impasses experienciados no encontro com o outro. Há uma demanda, no campo intersubjetivo, de reconhecimento de sua condição de vulnerabilidade, mas principalmente, de sua possibilidade de existir enquanto sujeito. Nesse cenário, propõe-se o conceito de *endereço alteritário* enlaçado à noção de *testemunho narrativo*, na medida

em que, para haver testemunho, é preciso que essa narrativa possa ser endereçada a outro disposto a escutá-lo em sua singularidade. Tal testemunho significa que a narrativa se constrói, também, na legitimação sustentada na acolhida de endereçamento alteritário, mediante à ruptura com a indiferença e a criação de possibilidades. Para tanto, é necessário que haja, por parte do outro, disponibilidade em escutar e acolher a narrativa que lhe é endereçada. Assim, foram explorados os elementos presentes nas narrativas dos migrantes que permitiram aprofundar a concepção de ser a experiência migratória um primeiro ato de testemunho de ruptura com uma dimensão de violência. Assim como buscou-se identificar a dinâmica implicada na demanda de endereçamento alteritário.

Em relação ao que se denomina como *endereçamento alteritário*, destacou-se os impasses no encontro alteritário presentes nas situações de deslocamento, os quais desvelam as implicações do externo e da relação com o outro nesse processo. O encontro no campo intersubjetivo no contexto da migração e do refúgio é marcado, muitas vezes, pelas cruéis faces da indiferença. Denominações que os aprisionam em um bloco homogeneizante, referindo-se aos movimentos de *massa*, descaracterizam a singularidade presente, bem como impõem práticas de dessubjetivação, reduzindo-os apenas à nomeação de sua nacionalidade “estrangeira”.

A inserção nesta problematização da necessária dimensão ética, entendida como o reconhecimento do outro em sua diferença ontológica, mas, também, em sua condição de semelhante, faz com que a indiferença que lhe é dirigida tome proporções de crueldade. Assim, a partir de sua vulnerabilidade, o sujeito do fenômeno migratório, quando reconhecido desde esta condição, passa a demandar no campo alteritário não a atribuição violenta de rótulos que visem a incrementar sua fragilidade, mas sim a possibilidade e condições que possam vir a promover suas potencialidades.

Sabe-se que as condições políticas e econômicas contemporâneas acabam por atribuir ao migrante um lugar marginal no contexto social, especialmente quando se trata de pessoas que vêm de países com precários recursos econômicos e sociais. Sendo que são, justamente, as experiências de exclusão e segregação, influenciadas por essas precariedades no país de origem, que motivam os sujeitos ao processo de migração (Rosa, 2018). Os marcadores de diferença entre estrangeiros e autóctones, nesse cenário, são trazidos à tona de maneiras mais ou menos explícitas, revelando diferentes manifestações de violências no campo intersubjetivo. O migrante/refugiado fica, então, “destinado a vagar sem pouso por imposição do outro” (Rosa, 2018, p. 53). São as diferentes expressões dessubjetivantes, no encontro com o outro, que impedem o reconhecimento do sujeito como semelhante e, também, como outro, aprisionando-o a uma condição de não ser.

Entende-se, portanto, que o convite, ao sujeito, para que, na pesquisa, pudesse narrar-se a partir de sua experiência de deslocamento, pode contribuir com a construção de recursos de enfrentamento à indiferença e aos processos de dessubjetivação, tão frequentes nas experiências relativas à migração e ao refúgio. Ainda, considerando o processo de acolhimento, no sentido de reconhecimento de uma demanda que não pode ser atribuída *a priori*, buscou-se denunciar possíveis hiatos presentes entre o que está previsto na legislação e a efetiva prática de acolhimento ao migrante.

3. A Pesquisa e suas etapas

O método psicanalítico, tal como proposto por Freud, desde seu surgimento define-se e divide-se como um método de tratamento e um método de investigação (Dunker, 2011). Fortes e Macedo (2018) destacam que a singularidade da escuta, o inconsciente e a transferência alicerçam o método psicanalítico de pesquisa, sustentando a produção de conhecimento. A pesquisa psicanalítica é entendida, portanto, como uma estratégia que abarca o método psicanalítico e vai além da pesquisa clínica, ou seja, pode ser considerada uma forma de

investigação que não se restringe a um método de tratamento. Segundo Dockhorn (2016), o método da investigação fundamenta um tratamento clínico, mas pode, também, “fundamentar outras estratégias psicanalíticas de pesquisa e de produção do conhecimento” (p. 110).

No contexto da pesquisa que se dá no cenário da Academia, entende-se que o problema de pesquisa e as características do objeto a ser estudado definem as estratégias que deverão embasar o modelo metodológico a ser definido pelo pesquisador (Dockhorn, 2016). O presente estudo buscou identificar elementos na narrativa do migrante, sobre sua experiência de deslocamento, que permitissem explorar sua condição de testemunho da vulnerabilidade e de endereçamento alteritário, utilizando-se o método psicanalítico de pesquisa.

A partir da definição do tema central desta pesquisa, constatou-se que o método psicanalítico permitiria identificar elementos que se apresentassem na narrativa do participante do estudo no que diz respeito à singularidade de sua experiência de deslocamento. A modalidade de escuta ofertada na situação de entrevista sustentou a abertura à investigação da condição de testemunho da vulnerabilidade e de endereçamento alteritário que estão na base do deslocamento empreendido pelo participante.

Neste sentido, a escuta da experiência narrativa dos participantes do estudo e a posterior produção de conhecimento em psicanálise, não se deram no sentido de generalizar os achados, mas sim de aprofundar e problematizar singularidades que se apresentaram no campo de pesquisa. Ainda, destaca-se que o método psicanalítico propiciou que houvesse, por sua especificidade na atribuição de valor à palavra do sujeito, um convite à fala e à escuta de sua singularidade. Neste delineamento, a psicanálise situa-se na contramão de um discurso positivista em relação à ciência, contribuindo para um resgate daquilo que compõe a complexidade do humano e da essência da própria psicanálise. Fortes e Macedo (2018) salientam, ainda, a importância do rigor metodológico e da capacidade ética do pesquisador, no

sentido de contemplar, nas etapas da investigação empreendida, a singularidade presente tanto no pesquisador, quanto no sujeito da pesquisa.

Na medida em que se buscou escutar o que era singular da experiência de deslocamento dos migrantes, a entrevista foi o principal instrumento para coletar esses dados, sendo um “método privilegiado para a investigação do sentido” (Sionek, Assis & Freitas, 2020, p. 3). Considerando-se, portanto, o método psicanalítico, as entrevistas foram abertas, norteadas pelo convite, ao participante de que este pudesse narrar sua experiência de deslocamento. Foi explicitado ao participante, desde a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B), a solicitação de que pudesse narrar livremente sobre sua decisão de migrar, bem como relatar suas experiências e percepções a respeito da chegada ao novo país de moradia. Além disso, foi preenchida uma Ficha de Dados Pessoais e Sociodemográficos (Anexo C) desenvolvida para fins deste estudo, também na intenção de coletar dados mais específicos.

A partir do contato inicial com um haitiano, pode-se acessar um segundo participante desta nacionalidade indicado por ele. Já em relação aos venezuelanos, também a partir do contato inicial com um participante desta nacionalidade, obteve-se a indicação do segundo participante. Desta forma, o delineamento da pesquisa atendeu ao que Turato (2010) descreve como *Bola de Neve*, técnica que consiste em identificar um participante, este indicar outro e, assim, consecutivamente.

A pesquisa foi realizada com migrantes que vieram para o Brasil há, no mínimo, seis meses e que estavam, no momento da coleta dos dados, nos Estados de Rondônia e Rio Grande do Sul (Tabela 1). Em função do início da pandemia de Covid-19 no início de 2020, duas destas entrevistas realizaram-se de maneira online e as outras duas de maneira presencial, sendo todas gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas a fim de assegurar a fidedignidade dos dados. Foi lido e entregue, a cada um dos participantes, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cuja assinatura e/ou registro em áudio confirmou o aceite à participação

no estudo. No final de cada entrevista, foi preenchida uma Ficha de Dados Pessoais e Sociodemográficos.

Participante	Sexo	Idade	Profissão	País de origem	Tempo de permanência no Brasil	Onde reside no Brasil
Emanuel	Masculino	33	Serviços gerais/Faxineiro	Haiti	6 anos	Porto Alegre
José	Masculino	42	Assistente Social	Venezuela	3 anos	Porto Velho
Marieta	Feminino	30	Faxineira	Haiti	4 anos	Porto Alegre
Olga	Feminino	33	Professora e Bancária	Venezuela	3 anos	Porto Velho

Tabela 1. Identificação dos participantes

Salienta-se que, atendendo a preceitos éticos de pesquisa se, durante as entrevistas, tivessem sido notadas manifestações que desvelassem intenso sofrimento psíquico que pudesse comprometer o bem-estar psicológico do participante, a entrevista seria encerrada. Além disso, garantiu-se, ao participante, o encaminhamento para avaliação e atendimento psicológico na Clínica de Atendimento Psicológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bem como na Clínica de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia, caso houvesse necessidade. No contato com os participantes deste estudo, estas situações não ocorreram.

Por tratar-se de uma pesquisa com o método psicanalítico, entende-se que desde os contatos iniciais com o participante e durante a realização das entrevistas, ou seja, durante a coleta de dados, todos os elementos possíveis seriam tomados para posterior análise. Tal consideração refere-se à implicação do pesquisador psicanalítico no desenvolvimento da pesquisa psicanalítica, na medida em que ele próprio também se constitui em ferramenta desse processo. Assim, considera-se a análise pessoal do pesquisador psicanalítico, no sentido de que sua transferência primeira com a psicanálise, já constitui uma experiência fundamental que possibilitará a escuta do outro (Dal Forno & Macedo, 2021). Somou-se a isso a gravação e a transcrição das entrevistas que foram, posteriormente, analisadas por meio do método

psicanalítico e no qual os aspectos advindos da percepção da pesquisadora também foram considerados relevantes.

A estratégia de investigação psicanalítica que foi utilizada na presente pesquisa, se deu a partir de uma aproximação ao proposto por Dal Forno e Macedo (2021), no sentido de considerar o método psicanalítico não como algo a ser aplicado, mas como uma *estratégia de investigação*. Os autores consideram três pilares fundamentais que sustentam tal forma de pesquisa, quais sejam: a definição do que constitui o pesquisador psicanalítico; a transferência deste com a psicanálise e, por último, a modalidade singular da produção de saber metapsicológico decorrente da pesquisa. A experiência de já ter sido escutado, em análise, contribui para que o pesquisador psicanalítico possa oferecer condições de escuta a outrem, sustentado pela transferência, cujo manejo difere do que é inerente à prática clínica (Dal Forno & Macedo, 2021). Na pesquisa psicanalítica, a transferência deverá ser instrumentalizada a fim de produzir, como resultado dos achados, um texto metapsicológico que, delineado no modelo de um ensaio metapsicológico, decorre do fato de o pesquisador psicanalítico ter dado testemunho à experiência narrada pelo participante (Dal Forno & Macedo, 2021).

Para analisar os dados relativos à experiência de pesquisa, o pesquisador psicanalítico vale-se de duas técnicas principais: a leitura dirigida pela escuta e a instrumentalização da transferência (Iribarry, 2003). A partir da transcrição das entrevistas, a pesquisadora identificou, no texto, norteado pela leitura dirigida pela escuta, “contribuições singulares e diferenciadas daquelas que a literatura fornece, procurando identificar significantes cujo sentido assumem o caráter de uma contribuição para o problema de pesquisa norteador da investigação” (Iribarry, 2003, p. 129). Já a instrumentalização da transferência auxiliou a pesquisadora psicanalítica a relacionar seus achados com a literatura trabalhada, além de reunir suas próprias impressões, bem como as dos participantes, a fim de coletar subsídios para a produção do Ensaio Metapsicológico.

Conforme o exposto, o participante tem lugar central como sujeito da pesquisa, enquanto ao pesquisador cabe dar a direção e o testemunho dessa investigação (Dal Forno & Macedo, 2021). Assim, considera-se que o testemunho se dá em *três tempos*, e que estes configuram-se como uma estratégia metodológica para a pesquisa psicanalítica (Dal Forno & Macedo, 2021). No primeiro tempo, o pesquisador testemunha a narrativa do participante da pesquisa; o segundo tempo se dá no momento no qual o pesquisador psicanalítico dá testemunho de sua escuta no espaço da orientação e, junto ao orientador, trabalham em relação à análise e à interpretação dos achados; e o terceiro tempo de testemunho refere-se à apresentação dos achados aos pares, possibilitando a circulação do saber. Nesse sentido, evidencia-se a importância da própria subjetividade do pesquisador no processo de investigação em psicanálise, pois sua prática é ancorada fundamentalmente em sua transferência com a psicanálise. A presença do orientador, portanto, caracteriza um terceiro, sendo a alteridade necessária à interpretação dos achados, marcando o rigor metodológico em relação à pesquisa psicanalítica (Dal Forno & Macedo, 2021). Por fim, resultante desse processo de pesquisa, houve a produção de um Ensaio Metapsicológico, que registra o “desfecho de um processo que se iniciou na transferência e na escuta de narrativas particulares” (Dal Forno & Macedo, 2021, p. 7). Entende-se, portanto, devido à relevância da temática investigada e a sua consequente possibilidade de contribuição na inclusão e reconhecimento da importância dos fatores que extrapolam ao próprio sujeito na condição de migração, que é importante apresentar à comunidade científica conhecimentos advindos de uma experiência de escuta à narrativa do sujeito migrante.

4. A escuta dos testemunhos narrativos e as (im)possibilidades no endereçamento alteritário – configurações da dor, descaso e violência no campo do humano

Testemunho Narrativo e Endereçamento Alteritário: repetição e criação

A realização de entrevistas com os participantes desta investigação possibilitou acessar narrativas sobre histórias de deslocamento, abarcando temas relacionados à experiência de deixar a pátria, o impacto de obstáculos enfrentados e, também, o reconhecimento de elementos facilitadores no percurso e chegada ao novo país. A modalidade de escuta que se deu nesta pesquisa, ancorada no método psicanalítico de investigação, permitiu aproximá-la a uma modalidade de escuta clínica que acolhe a história do sujeito, reconhecendo o valor do espaço potencial no qual sua palavra adquire papel fundamental, instituindo condições para a criação de uma narrativa sobre si. Assim, sustentada pelo método psicanalítico, a escuta flutuante foi exercitada, tanto na escuta repetida das entrevistas como, também, mediante as diversas leituras de suas transcrições. Este processo possibilitou identificar elementos que se destacaram nas narrativas sobre o movimento empreendido por cada um dos entrevistados, considerando especificidades de cada narrativa e, também, abarcando o fator coletivo presente.

Considerando-se o conjunto das entrevistas realizadas, o trabalho com o material obtido desvelou elementos que aludem à singularidade presente na história de cada sujeito, bem como aspectos referentes à experiência coletiva de pessoas que buscaram, na migração, uma saída frente às dificuldades enfrentadas. Mesmo entre aqueles que tinham como ponto de partida o mesmo país, as narrativas dos participantes evidenciaram processos singulares na decisão de abandonar a pátria, identificando-se complexos enfrentamentos com as experiências de ruptura e perdas de diversas ordens próprias à decisão de migrar: familiares que ficaram no país de origem, posições laborais, familiaridade com a língua, amigos, espaços físicos e, por fim, com experiências cotidianas de vida e de investimentos associados ao sujeito migrante e sua trajetória de vida. Somam-se a estas questões todos os obstáculos enfrentados no percurso e na

chegada a um novo país, com os consequentes impasses experienciados no campo alteritário e, por vezes, a repetição da violência oriunda de contextos dessubjetivantes dos quais buscaram sair.

O material obtido na escuta dos participantes permitiu a reflexão sobre distintas nuances, apresentadas nos testemunhos acerca de temas que não se restringiram ao deslocamento migratório empreendido. Considerando o método utilizado, optou-se, nesta Dissertação, pela escrita e problematização de elementos que permitiram conceitualizar e explorar o que se denominou como *testemunhos narrativos*. Nesse sentido, os testemunhos produzidos pelos participantes revelaram seus singulares motivos de partida e seus anseios por um novo país. Mas também descortinaram marcas coletivas deixadas por experiências de precariedade, violência e descuido referentes ao contexto social, político e econômico do qual saíram. Os participantes, oriundos tanto do Haiti quanto da Venezuela, têm como traço comum experiências dramáticas que apontam para a precariedade de um Estado que não os protege ou zela por sua integridade física e emocional. As condições de extremo empobrecimento, vulnerabilidade, insegurança e violência parecem ser “naturalizadas” mediante incessantes movimentos nos quais a população é jogada em condições extremas de desalento.

O conjunto de graves problemáticas externas aos sujeitos impõe, assim, uma demanda primária por proteção, que os impele a fugir de situações extremas de violência no intuito de buscar outras condições e possibilidades de vida. Sabe-se que, ao propor uma leitura intrapsíquica do sujeito, Freud nunca desconsiderou a importância do contexto no qual aquele estava inserido, atribuindo à dimensão social uma relevância indissociável em seus padecimentos psíquicos (Cardoso & Herzog, 2018). Porém, o impacto e os efeitos do que é vivenciado pelo sujeito só pode ser compreendido dando-se espaço e reconhecimento à singularidade de seu testemunho. Entende-se que o reconhecimento e a compreensão de

elementos presentes, que são geradores de condições extremas de sofrimento, também possibilitam e contribuem para o fomento de ações direcionadas ao coletivo.

Nessa direção, considerou-se nesta investigação que o ato de deslocamento se apresenta como uma forma de ‘testemunho’ do sujeito migrante a respeito do descaso político, social, econômico e/ou da violência experienciada em seu país de origem. Entende-se, na proposta de denominação do ato migratório como um *testemunho narrativo*, que este alude à relevância de reconhecer e legitimar que o sujeito migrante possa construir, em um espaço de escuta, uma narrativa sobre si, apropriando-se de afetos e sentidos relativos à sua vivência migratória. Destarte, o ato de migrar é o recurso que o sujeito emprega na ruptura com o submetimento que lhe é imposto frente à precariedade das condições de seu país de origem. Condição essa que não se restringe a denunciar as precariedades identificadas, mas demanda o conhecimento da história, das práticas políticas e sociais daquela nação.

O testemunho narrativo ilustra a potencialidade de ligações das intensidades, inerentes às complexidades psíquicas contempladas no processo de deslocamento. Tais intensidades se apresentam demandando a realização de trabalho psíquico, uma vez que profundas rupturas e transformações decorrem desse processo. Logo, o testemunho revela o caráter ativo do sujeito diante daquilo que lhe acomete. Nessa dinâmica, na medida em que pode criar uma narrativa sobre si, também precisa-se considerar o outro, a quem é endereçada sua narrativa.

Conforme já apresentado, propõem-se como contrapartida do *testemunho narrativo*, o *endereçamento alteritário*. São, portanto, dois tempos complementares de uma experiência no campo intersubjetivo, na medida em que o primeiro não pode prescindir do segundo. É a escuta do outro que reconhece a mudança na posição subjetiva do sujeito enunciante da narrativa. Conforme assinalam Perrone e Moraes (2014), quando o sujeito pode ativamente *narrar-se*, é possível criar ligações e estabelecer uma regulação, no psiquismo, das intensidades.

Passa-se a apresentar, na sequência, a partir dos *testemunhos narrativos* dos quatro participantes do estudo, elementos que permitiram explorar as contribuições da psicanálise na problematização sobre as temáticas da vulnerabilidade, do trauma e da repetição.

4.1 TESTEMUNHO NARRATIVO

4.1.1 Histórias de vidas não inteiramente vividas e o direito ao plenamente vivido

O ato de deslocamento contempla em si mesmo o testemunho sobre imperiosas necessidades que deflagaram o movimento migratório. Neste testemunho é inegável o impacto promovido por fatores externos ao sujeito, respectivos à história econômica, social e política de seus países de origem. O “deslocar-se” denuncia, por um lado, o trato descuidado e violento experienciado na terra mãe, que obrigou os sujeitos a saírem, e desvela, por outro, a potencialidade de atividade em busca de transformação frente ao não submetimento às condições vigentes.

Embora o fenômeno migratório seja considerado, em diferentes âmbitos, como um fenômeno coletivo, a escuta dos sujeitos permite destacar aquilo que é singular na experiência de deslocamento, sublinhando os motivos pelos quais eles precisaram deixar seu país, marcando a singularidade do que deixaram para trás, bem como o necessário reconhecimento dos efeitos dessa ruptura em cada um deles. Nesse sentido, entende-se que a reflexão empreendida a partir da escuta de singulares narrativas permitiu constatar a complexidade do tecido social, seus violentos impactos individuais e coletivos.

No conjunto das entrevistas, percebeu-se a marca da pluralidade de elementos envolvidos na decisão de empreender um movimento migratório, a qual pode ficar encoberta mediante uma leitura sobre a migração que se restrinja à sua inegável dimensão coletiva. Assim, as motivações compartilhadas ou, no mínimo, parecidas, aludem ao reconhecimento de uma necessidade externa que obrigou os sujeitos a saírem de seus países de origem. O que aparece, comum às entrevistas, são momentos de ruptura com o violento experienciado até então,

passando a incluir, no novo projeto de vida, o desejo de romper com o mortífero da passividade e do submetimento a tais condições. Destaca-se, nesta direção, o elemento de atividade e força de um investimento vital que sustenta a busca de outras condições de vida e de um projeto diferente para si. Diferença almejada que fomenta potencialidades de mudanças, mas que, com o passar do tempo, mostrará não poder ser sustentada apenas no espectro individual.

Afirma-se, portanto, a importância do movimento coletivo, mas também destaca-se o impacto de uma narrativa cujo protagonista tem voz e nome próprios, e cujo testemunho possibilitou lançar luz aos singulares efeitos de uma realidade experienciada. Apresenta-se, na sequência, a história de vida de cada um dos quatro participantes, a fim de ilustrar suas vulnerabilidades como marcas prévias de vidas “precarizadas” em seus países de origem, mas, cujo reconhecimento pode vir a promover ressignificação e criação. Mesmo que em âmbito restrito e com objetivo de pesquisa, entende-se que fomentar a construção de um testemunho narrativo pode ser um primeiro movimento na direção de um reconhecimento, que potencialize indagações e novos rumos de vida subjetiva, reavivando a força ativa do movimento empreendido.

Emanuel, ao narrar sua história de vida no Haiti, contou que aos 16 anos precisou sair da escola para começar a trabalhar e ajudar no sustento da família. Atribuía à escola um valor inquestionável, considerando-a essencial para ascender à outras posições de trabalho, revelando, assim, tanto o dano em ter que abrir mão de algo valioso para si ao abandonar os estudos, mas, também, sua capacidade de seguir investindo no desejo de voltar a estudar.

A família, na época composta pelos pais e 7 irmãos, enfrentava os efeitos da grave crise econômica que assolava grande parte da população haitiana e incrementava condições de extrema precariedade. Apesar de sua tentativa em ajudar a família, as problemáticas políticas, econômicas e sociais do Haiti impediram que Emanuel conseguisse emprego e, portanto, agravaram uma situação familiar que já era bastante frágil. As escassas possibilidades de

investimento e crescimento em seu país de origem, bem como a situação na qual se encontrava sua família o obrigaram, assim, a realizar um deslocamento migratório. Ao narrar o motivo de sua saída, Emanuel enfatizou a questão econômica e a escassez laboral, lançando luz sobre as primárias problemáticas com as quais estava ocupado ao sair do Haiti.

“Por que eu saí Haiti? Porque Haiti não tem serviço, Haiti. Depois Haiti tem problema crise, crise econômica. Tá muito difícil. Como você vai ficar num país que não tem serviço? Haiti, pessoa que tem... Aqui tem... aqui Brasil mais muito bom que Haiti. Haiti uma pessoa que tem mais de 30 anos, 25 anos, depois da escola, vai estudar, é a mãe que passa dinheiro, dinheiro, dinheiro, passa comida, não tem serviço pra trabalhar, pra ajudar a mãe” (Emanuel).

Além da saída de um contexto que não oferecia outras possibilidades, Emanuel veio em busca de propiciar, aos familiares que permaneceram no Haiti, outras condições de vida. Porém, nesse contexto, Emanuel tornou-se “herdeiro” de um projeto de vida que não era o seu. Ao contar sobre a “ajuda” que recebeu do pai para vir para o Brasil, relatou que o pai, cuja morte estava anunciada devido ao diagnóstico de uma doença cardíaca potencialmente fatal, “comprou maleta, comprou a roupa, comprou sapato” (sic) para que ele pudesse vir. Ele assumiu, então, o lugar que o pai queria para si próprio – buscar outras condições de vida para que pudesse ajudar a mãe e os irmãos que ficaram no Haiti. Esta é uma situação bastante frequente nas histórias de migração (Dal Forno, Canabarro & Macedo, 2021; Nüske & Macedo, 2019; Grigorieff & Macedo, 2018), uma vez que nelas se reproduzem condições nas quais o sujeito migrante vê dificultado, às vezes impossibilitado, o projeto de uma nova vida para si. Assim, o “compromisso” de cuidar e salvar da precariedade aqueles familiares que ficaram no país de origem, fala também de um certo “tributo” a ser pago na migração empreendida pelo sujeito. No caso de Emanuel, tanto a saída, remetida à realização de um desejo paterno, como o devir, mostraram-se vinculados ao que é do outro, situando-o como responsável por aqueles que ficaram. Nesse sentido, apareciam as renúncias a um lugar próprio, evidentes nas vias

interrompidas de prazer (no estudo), e naquilo pelo qual foi se encarregando a partir do que a ausência do pai desvelava. Identificado com a escassez, Emanuel se nomeia pela via de tudo aquilo que *não é*, ou ao que complementa, na entrevista, via expressão “*só*”.

“Eu tem 33 anos, eu tá solteiro. Não tem mulher, não tem filha. Morar sozinho. (...) Não bebe, não fuma. Só trabalha. Depois do trabalho, entra em casa” (Emanuel).

A construção da narrativa de Emanuel ilustra precariedades de sua própria história subjetiva, as quais, aliadas ao que vai encarregando-se como um “legado” a cumprir, impedem-no de assumir um lugar para si. A falta de perspectivas de mudança no país de origem revela a vulnerabilidade, que também aparece na assunção de um projeto de vida alheio. Contudo, é como se o fizesse tomar uma distância do lugar de precariedade, mascarando uma certa “atividade” na saída do Haiti, sem estar pronto, necessariamente, para fazer novos investimentos.

Inserida no mesmo contexto político, econômico e social do Haiti, Marieta narrou os efeitos em si mesma de realizar um deslocamento migratório alienada ao desejo do outro. Sua fala acerca do motivo de seu deslocamento não deixa dúvidas sobre o receio que sentia de sair de seu país de origem e vir para o Brasil.

“Na verdade... eu não queria vim (...) Porque eu sempre botar na minha cabeça que no Brasil as pessoas não gostar da gente porque eu sou preta. (...) Quando, um dia, meu pai falou ‘não tem outro jeito, você tem que vir’. (...) Ele disse que já comprou passagem, já comprou tudo... eu vem...” (Marieta).

Marieta, filha única de pais separados, cujo pai morava no Brasil desde 2013, teve seu caminho fomentado a partir da convocatória paterna de que ele estava “com saudades” e, como “não tinha mais ninguém”, ela precisaria vir acompanhá-lo. O submetimento ao desejo do outro que aparece em sua história, apresenta-se também durante a entrevista. A fala baixa, “para dentro” e as constantes perguntas “o que mais? Pode perguntar” (sic) demonstravam, durante a

entrevista, o distanciamento dela mesma e a evidente atenção e busca de atender o que pudesse identificar como demanda do outro. As frases curtas, sintéticas em relação a si mesma são acompanhadas de um olhar à entrevistadora como se buscasse indícios de aprovação e reconhecimento do nomeado.

Na necessária dinâmica de desinvestimento e reinvestimentos psíquicos que a saída do próprio país contempla, cabe ao sujeito contar com seus próprios recursos que, por vezes, encontram-se limitados desde as tramas de suas histórias. Marieta, no último ano da escola, não conseguiu passar em uma prova que “validaria” seus estudos. Pode-se pensar, nesse sentido, que fica atuada nessa “reprovação” a impossibilidade de Marieta “validar-se” e abrir novos espaços em sua vida fora da “educação” escolar. Enredada nas repetições de sua história, permaneceu “sem recursos” que viabilizassem a constituição de si e acesso ao mundo com perspectivas de autonomia. Na “incapacidade” de aprovação do já cursado, Marieta parece atualizar o enclausuramento a um projeto de vida alheio – vem para o Brasil porque o pai não tem mais ninguém – e, principalmente, mostrou-se impossibilitada de apropriar-se da condição de nomear-se com palavras próprias.

As lacunas na narrativa de Marieta, que impossibilitaram dar a conhecer sua história, denunciam o distanciamento e os impasses na nomeação e reconhecimento de si mesma. Soma-se à história de Marieta a vulnerabilidade extrema decorrente da precariedade social, política e econômica de seu país de origem, revelando o custo coletivo de submetimento a um modelo político violento, que impede o acesso à outras possibilidades de vida. Tal passivização é atualizada em sua história, na medida em que se vê dando rumos à sua vida a partir do que lhe é imposto e parecendo impossibilitada não só de construir um projeto de vida próprio, mas até mesmo de nomear algo singular em relação ao devir.

Olga tem uma história de vida na qual a situação financeira, apesar de parecer assegurar uma condição de estabilidade, foi fortemente impactada pela situação política, econômica e

social da Venezuela. A precariedade na qual o país se encontrava não assegurava as condições mínimas para que Olga pudesse ter acesso ao medicamento que era imprescindível à vida de seu filho. O drama narrado por ela ao contar da difícil empreitada para conseguir os remédios, os quais eram antes facilmente obtidos, possibilitou acompanhar a grave e crescente pauperização da vida na Venezuela. Assim, como se tornou impossível de conseguir as medicações, Olga se viu obrigada a deixar sua pátria a fim de garantir a sobrevivência do filho.

“Motivo pelo qual eu vim, que foi o primeiro que eu fiz ao chegar aqui foi o motivo medicina. Tenho um filho que sofre de epilepsia. Eu, lá na Venezuela, tenho uma posição classe média, posso falar. Era professora. Mas, separada e com 3 filhos. Certo? Aí teve um momento que eu conseguia o medicamento normal, em qualquer farmácia. Era um valor muito acessível. (...) Depois de 6 meses (...) praticamente tinha que trabalhar 4 meses pra comprar um medicamento de 25 dias. E o meu filho não podia ficar sem o medicamento. Aí a minha decisão foi sair do país, foi por isso. Pela instabilidade da saúde dele. (...) Minha decisão pelo Brasil foi porque era mais perto da minha casa. Eu saí sozinha, eu deixei meus filhos lá primeiro” (Olga)

Embora referisse, inicialmente, a dor de deixar seus 3 filhos na Venezuela e vir para o Brasil sozinha, destacou-se, na entrevista com Olga, falas que ilustravam tentativas de encobrir as dores de sua história com expressões como “eu tinha que ser forte” (sic). Ela contou, então, sobre as importantes perdas e rupturas vividas, identificando a morte da mãe, aos seus 16 anos, como sua primeira e intensa perda. A forma como Olga descreveu essa experiência, referindo que a morte da mãe a “invadiu”, aproxima-se ao descrito por Osório e Kupermann (2012) como um *choque*. Para os autores, o choque remete a uma intensidade que invade o psiquismo, o qual não tem condições, nem tempo hábil, de realizar uma preparação possível. A mãe sofreu um AVC repentinamente, aos 34 anos de idade, deixando Olga completamente atordoada frente ao ocorrido. A narrativa sobre situações nas quais, reiteradamente, Olga era lançada ao desamparo,

como a morte da mãe, do padrasto e da avó, figuras centrais em sua vida, são complementadas com a expressão que alude ao imperativo de ter que “ser forte”.

Tal afirmação foi ganhando sentido, na medida em que contava os ditames dos outros sobre si mesma naquele momento em que experienciava intensa dor: “Você sempre está ótima. Não importa o que aconteça” (sic). A expressão categórica de “ser forte” revelava o impedimento de sentir as diferentes dores frente a importantes e diferentes perdas, instaurando-se a impossibilidade, portanto, de empreender o árduo, mas necessário, trabalho de luto. Sabe-se que um trabalho de luto é imprescindível para que possa ocorrer uma recomposição psíquica, o que, nesse cenário, torna necessário o reconhecimento e a legitimação da perda, da dor e da fragilidade. O tema da impossibilidade do luto aparece, portanto, em sua narrativa sobre a perda da mãe e pode ser aproximado ao que Freud (1917[1915]/2010) propõe em *Luto e melancolia*, quando nomeia possíveis e inevitáveis reações ante a perda de uma pessoa amada, sublinhando o caráter sádico e perigoso da melancolia em relação ao suicídio, no contraponto à possibilidade de elaboração de um luto.

O ‘perigo’ apontado por Freud (1917[1915]/2010) é descrito por Olga por meio da impossibilidade de sentir, chorar e elaborar a dor pela perda da mãe. A intensidade experienciada ficou vagando em busca de uma ligação psíquica, e encontrou, na repetição da destrutividade, presente nas cinco tentativas de suicídio que fez, a única forma – em ato – de expressar tamanha dor. Olga ilustrou, em sua narrativa, o que Conte (2014) destaca, ao explorar a temática do excesso, da expressão da força tanática do que não pode ser falado e que toma de assalto, desde sua dimensão de excesso de dor, à via do corpo ou do ato.

“O meu primeiro trabalho foi com dezessete anos, mas o meu trabalho não foi por necessidade, se não por conselho médico, porque eu entrei numa depressão muito grande quando minha mãe faleceu, obviamente. Então meu processo foi focar minha vida em outra coisa que me tirava o foco de pensar na minha mãe. Por quê? Porque eu era muito deprimida. No sentido

que eu morava com a minha vó, minha mãe era a filha menor da minha avó, a mão direita dela. Então, quando minha mãe morreu, a minha vó entrou numa crise muito grande, já minha vó estava com oitenta e dois anos. E então, todo mundo, se eu chorava, minha vó ficava pior. Então que fazer meu tio? ‘Você não pode chorar na frente dela, porque ela vai sentir mal por você. Você não pode estar triste na frente dela, porque ela vai sentir a falta da mãe’. Sabe? Eu tinha que ser forte, como eu falei faz tempo. Sempre tinha que ser forte por alguém mais. Então, nesse momento, eu tinha que ser forte por minha vó. Então eu reprimi todo o meu sentimento e um momento quando eu explodia, eu atentava contra mim mesma” (Olga).

Ao contar da fala imperativa do tio para não sentir o que sentia, Olga recorria à alusão ao “ter que ser forte”. A ideia de fragilidade a ser evitada faz com que as intensidades psíquicas voltadas à dor e ao sofrimento precisem ser incessantemente desviadas. Assim, no aprisionamento ao impedimento de sentir e chorar a perda da mãe, Olga dá testemunho do alto custo psíquico das tentativas de evitar o sofrimento da avó, deixando-a aprisionada em um silenciamento gerado pela raiva, culpa e pela dor. Revelou, ainda, que a única pessoa que lhe perguntou o que estava acontecendo foi o diretor da escola na qual estudava. Olga era uma aluna dedicada, tendo ficado completamente desinteressada nos estudos e, frente a um episódio no qual quebrou uma mesa de pingue pongue na escola, foi chamada pelo diretor para uma conversa. É seu ato destrutivo que dá testemunho da impossibilidade de seguir sendo quem fora antes da morte da mãe. Seu ato testemunha a dor de, reiteradamente, não ser reconhecida em sua condição de ser.

“Aí eu fui lá e quebrei a mesa, eu quebrei a mesa, eu quebrei a mesa. O diretor da escola, era o dono da escola, e ele era muito, muito, muito, muito, muito apegado comigo. (...) Aí ele falou ‘eu não sei o que fazer contigo. O que está acontecendo?’. Foi a única pessoa que falou ‘o que que estava acontecendo comigo’. E eu, acostumada que todo mundo me julgava e não me entendia, eu fui bruta com ele. Eu falava... eu não falei ‘olha, eu estou assim porque ninguém

me entende. Eu estou assim porque eu não posso expressar a minha dor'. Não. Eu falei 'eu estou assim porque eu quero. Se você não quer, me tira da escola'. Foi a minha fala com ele, sabe? Eu respondi da maneira que sempre respondiam pra mim” (Olga).

Depois da perda da mãe, a avó, figura muito importante em sua história, tornou-se seu maior ponto de apoio. Aos 21 anos de idade, ao final da primeira gestação, Olga passou a ocupar-se dos cuidados com a avó que havia adoecido. Não via possibilidade, naquele momento, de qualquer outro investimento que não fosse direcionado à avó.

“Para mim era mais importante a minha avó que a minha filha no momento. (...) Todo mundo falava ‘não podia fazer coisas... vai perder a criança’. Eu falava ‘Olha uma criança eu posso ter hoje, amanhã...mas minha avó não vou ter mais’, sabe? É cruel. Mas para mim, minha vó eu ia ter só esse momento porque, por exemplo, quando eu tenho cinquenta anos, eu não vou ter mais minha vó. Mas eu posso ter outro filho, entende? Então eu falava assim. Sempre era muito fria quando falava isso, falava ‘eu prefiro perder um filho, mas não perder minha vó’. E eu não vou deixar que ninguém mata minha vó. Aí eu cuido dela” (Olga)

Há um certo aprisionamento em Olga ilustrado na fala do tio, que a coloca em um lugar de “poder” no qual, ao mostrar seu sofrimento, poderia “causar” mal à avó. Como seria possível que uma adolescente que perdeu a mãe pudesse não mostrar seu sofrimento? A sentença do impedimento ao sentir revela a impossibilidade, por parte do outro, de reconhecer sua existência. Logo, o aprisionamento no cuidado com avó, ligado à culpa, atualiza a não possibilidade de existir dela mesma, na medida em que precisa abrir mão de si em prol do outro. O sacrifício em relação a ela mesma é reproduzido, ainda, na possibilidade de sacrificar a própria filha para garantir os cuidados da avó. O lugar de poder no qual ela fica, de que “todos dependem” dela, também escancara as renúncias que ela precisou fazer.

“Tem momento que certamente sou ser humano e tenho o coração e dói, machuca, tem momentos que eu não quero, ni si quiera sair da minha cama. Eu passei faz um mês uma

depressão grande, grande, que eu tive quinze dias sem comer, sem dormir, ni si quiera saía da cama, por um falecimento do meu tio, foi muito duro. Mas eu tenho que acordar, eu tenho três crianças que dependem de mim e por muito que eu esté morta por dentro, eu tenho que continuar, porque eles não têm ninguém, só sou eu pra isso, entende?”

O “poder” e a hostilidade decorrentes de tais sacrifícios, contudo, geram uma destrutividade que, ao realizar tentativas de abafá-la, colaboraram para que Olga “implodisse” contra ela mesma. A vida “matável” da própria filha e as situações nas quais Olga foi mutilando a si mesma e seus sentimentos, escancaram o compromisso realizado que a obrigou a não existir no campo dos afetos, e cuja repercussão narcísica da fragilidade presente foi escancarada nas tentativas de suicídio. Tais renúncias resultaram na analogia que ela fez, ao falar sobre as dores de sua história, dizendo que carrega sozinha uma “mala pesada” e uma “cruz imensa”, revelando a penitência que precisa pagar pela culpa.

“Eu vou criando minha bagagem e no momento que explode, porque já não entra mais nada na mala. (...) É difícil, mas não é impossível. É, assim... tem um momento que você sente que vai explodir, explodir, explodir, porque não suporta uma meia a mais dentro, sabe? Mas você tem fé de que vai dar tudo certo, de que hoje vai explodir, mas amanhã ela tá leve. Então, bora sair, bora continuar, bora trocar de roupa e continuar o caminho”

Quando a avó faleceu, sua primeira filha tinha apenas um mês de vida. A narrativa de Olga revelou a difícil tarefa de balancear os investimentos próprios ao nascimento e cuidados demandados por sua filha e, paradoxalmente, os desinvestimentos inerentes ao trabalho de elaboração frente a mais uma importante perda em sua vida.

“Para mim foi A morte. Porque minha vó... certamente no momento do dor, como eu estou falando, no momento do dor você nunca entende o que fala, o que acontece, você só atua por impulso e por dor. Você não sabe nesse momento o que é razão, você só sabe que é coração, certo? Mas depois que você entende tudo isso... Por exemplo, ela não me deixou sozinha, como

eu falava. Por quê? Porque ela me deixou com a minha filha, quem é melhor companhia que a minha filha? Não existe outra” (Olga).

Na Venezuela, Olga é licenciada em pedagogia e administração de branco, e pós-graduada em matemática e finanças. Trabalhou durante 5 anos em uma escola do bairro no qual morava ensinando matemática para crianças. Contou que a escola, em função da precariedade social do país, por vezes não servia almoço para as crianças, tarefa que ela passou a assumir, então, servindo refeições para elas na casa da avó. Porém, há uma desautorização em relação ao campo das identificações, do que pode ser, na medida em que sua trajetória de estudos e profissional não é validada em território brasileiro. Ao não ser reconhecida no que ela é, apresentam-se impasses no campo das identificações, ao não ter validado aquilo que lhe conferiria autonomia. Atualiza-se, mais uma vez, a impossibilidade de poder ser quem é.

A repetição do desvalor e descrédito sobre si mesma atualizam a fragilidade identitária, remetendo-a à necessidade de ser *pelo* outro. A saída da Venezuela, em busca da medicação que garantiria a vida do filho, atualiza a fantasia de *ser* mediada pela imposição de se responsabilizar *pela vida* do outro.

A partir de elementos próprios ao cenário de instabilidades políticas, econômicas e sociais da Venezuela, na história de José também se fazem presentes as temáticas da vulnerabilidade e da crescente precarização da vida. José referiu que começou a trabalhar desde muito cedo, aos 11 anos de idade, “para ter as suas coisas” (sic). Aos 13 anos começou a participar de um partido político de esquerda que, segundo ele, divergia do atual governo venezuelano, protestando pelos direitos estudantis. Nomeia-se como comunista, alegando que o partido atual não compartilha desta ideologia política, tomando ações que, segundo ele, o caracterizam como um “capitalismo de estado, com miras ao totalitarismo e ao militarismo” (sic). Na adolescência, contou que “sua cabeça” estava voltada às “mulheres, drogas, cerveja,

cachaça” (sic), tendo sido a participação no partido político que o ajudou a tomar “outro rumo” em sua vida.

É sobre este “outro rumo” que José falou na entrevista, destacando principalmente o rumo profissional e silenciando sobre sua condição de sujeito no que tange aos afetos experienciados e os efeitos, em si, das perdas e rupturas inerentes ao processo de deslocamento. José tem graduação e pós-graduação em Assistência Social, tendo atuado na área de Direitos Humanos por mais de 10 anos, principalmente em defesa dos direitos das crianças. Segundo ele, por fazer parte de um partido político de esquerda, contrário ao governo de Chavez e Maduro, foi politicamente perseguido e teve sua segurança ameaçada. Referiu que saiu da Venezuela por este motivo, porque “estava ficando complicado” (sic). Contou que, em abril de 2017, durante um protesto, uma bomba lacrimogênea o atingiu de forma quase fatal e que, então, ao final deste ano, já “estava pronto para ir embora” (sic). Disse que “na situação que eu estava, era melhor prevenir, né?!” (sic). Ao narrar o motivo de saída da Venezuela, descreveu um cenário que dá testemunho do desamparo social experienciado, em termos das condições referentes às ações de governo, em seu próprio país. José dá testemunho do impacto da violência de Estado na vida da população, marcando uma diferença em relação aos outros participantes em relação ao fator político da perseguição que colocava em risco sua vida.

“A saída de lá você fala? Moça, a verdade, eu, pessoalmente, lá eu não tinha como manter, ficar lá né. (...) eu acho que o principal motivo para eu sair de lá foi independentemente do dinheiro, da entrada do salário que eu recebia por lá, acho que foi pela segurança, né. Porque... eu sou militante de um partido político lá. (...) Como eu fazia parte do partido político por lá, nosso partido político era perseguido brutalmente pelo governo. (...) Mas, a situação tava ficando complicada pra mim porque eu estava trabalhando num processo de pesquisa pela embaixada de Estados Unidos e aí o meu trabalho ficou comprometido porque o governo começou a fazer pesquisa, investigação, sobre a minha situação lá. E aí antes que o negócio

ficasse pior, eu falei com o chefe de lá e eu falei 'não moço, eu não vou continuar, eu vou embora'. Eu fui vítima de muitas coisas com o governo venezuelano. Eu quase morri em um protesto, vítima disso” (José).

O ‘trabalho comprometido’ ao qual ele se referia, dizia respeito a denúncia da violência e do maltrato experienciados por pessoas que haviam sido vítimas de violência de Estado e junto a famílias que tiveram pessoas desaparecidas. Tais atividades tinham como objetivo gerar um relatório para a Comissão de Direitos Humanos a fim de denunciar os abusos do governo. Há um incremento no evidente desamparo, na medida em que aquele que deveria “cuidar” (governo), passa a atacar e controlar sua própria população. Chiara Pusetti (2017), ao abordar os dispositivos de fronteiras e a questão política envolvida, denuncia a desimplicação de todos em relação à problemática migratória, de tal forma que, ao não reconhecer a história dos países e negar a identidade dos sujeitos, restam “corpos sem nome, sem voz, sem passado e sem futuro” (p. 264). A autora destaca, ainda, que “os protagonistas das diásporas contemporâneas não constituem um fenômeno exógeno e invasivo em relação aos estados-nação, mas, pelo contrário, se constituem como seu produto implícito e endógeno, fruto do paradigma nacional da definição de direitos políticos e civis” (Pusetti, 2017, p. 266). Nesse cenário, no qual a migração é produzida a partir das políticas internas aos países, a partir de estruturas protocolares e previamente estabelecidas, não há uma condição efetiva de ajuda alheia. Conforme proposto por Freud (1895/1996), tal “ajuda” é realizada por alguém capaz de identificar a vulnerabilidade daquele a quem se dirige a fim de lhe possibilitar uma saída de seu desamparo.

A narrativa de José dá testemunho do drama e dos efeitos de um contexto coletivo no qual a população está completamente desamparada.

“E eu compreendo, eu sofro muito pelo que acontece na Venezuela com a população de lá. Porque supõe que a política social deve estar orientada para atender a situação primária das pessoas, pra dar uma puxada nele pra melhorar sua condição de vida. E não tá acontecendo.

O governo usa a comida pra controlar as pessoas. Exemplo: a produção de alimento lá ficou tão complicada para os produtores nacionais que o governo começou a comprar a comida fora porque é mais barato comprar fora do que comprar dos produtores, entendeu? Então o que acontece... o governo começou a importar comida de México, Brasil, Argentina, Rússia, China tem mandado comida para lá. E com essa comida fala, tipo assim, existem comitê de pessoas em cada bairro, e o comitê controla a quantidade de comida que as pessoas vão receber em casa. Então, por cada pessoa, uma sacola de comida. Entendeu? Mas, é obrigatório, é uma... como que fala? É uma... é uma obrigação da pessoa formar parte, ser do governo. Se você não é militante do governo, você não recebe comida” (José).

É, justamente, a impossibilidade política de acolher testemunhos sobre a violência que deixa José em perigo, obrigando-o a realizar um movimento migratório a fim de garantir sua sobrevivência. Nesse sentido, há um silenciamento político em relação à criação de um testemunho narrativo coletivo, visto que não havia, no país de origem, uma possibilidade de endereçamento alteritário que garantisse o caráter testemunhal sobre a violência sofrida. Na entrevista, os efeitos do silenciamento ficaram evidentes na medida em que sua narrativa era acompanhada de expressões como “você não vai acreditar” e “vou procurar aqui na internet e vou mandar o link para você, para que você depois pesquise” (sic). A necessidade de ofertar garantias quanto a veracidade do que estava sendo dito, como se precisasse não só falar, mas, também, *provar*, parece contar de descréditos sobre o efetivamente vivido.

Ao contar sua história, há uma ênfase em seu percurso acadêmico e profissional, do qual parece orgulhar-se, mas cujo rumo precisou ser desviado em função das condições políticas da Venezuela que o colocavam sob ameaça. O ‘rumo’ que o ligava ao filho que precisou deixar no país de origem e aludia aos efeitos em si mesmo de sua história, era encoberto por racionalizações teóricas e históricas, como se tudo pudesse ser explicado e resumido às condições políticas, econômicas e sociais do país, distanciando-se dele mesmo. Assim, nos

momentos em que as perguntas salientavam a experiência *dele* diante de algo que acontecera, as palavras que fluíam em português eram substituídas por palavras em espanhol, como se, na mudança de idioma, algo pudesse ficar à margem de qualquer tradução. José parece recuperar a atividade em seu ativismo político, mas não há acesso facilitado a uma narrativa sobre o que está fora da “política” que, como sua narrativa dá testemunho, ajudou-o a dar outro rumo em sua vida. No que o partido político o ajudou na adolescência? Novamente na necessidade de migrar altera rumos de vida, mas o que fica e o que não se altera em José?

As histórias de vida dos participantes desta pesquisa, bem como o contexto de seus países de origem evidenciaram a necessidade de sair de uma condição de vida precária em busca de outras possibilidades. É inegável o caráter imperativo que obrigou os sujeitos a se deslocarem em prol de garantir sua sobrevivência e, muitas vezes, mesclados com a intenção de ajudar aos que lá ficam. Embora as narrativas demonstrem a precariedade predominante no país que abandonaram frente a impossibilidade de continuar sobrevivendo lá, o impacto com o preconceito e a violência que sofreram ao chegar ao Brasil, faz com que as condições de vida os confrontem com desilusões e lhes imponha sérias adversidades. Por vezes, (re)encontram a vulnerabilidade na qual se encontravam, via não reconhecimento ao direito e acesso a um novo projeto de vida. Nesse sentido, faz-se necessário abordar o tema do reconhecimento, mais especialmente, o reconhecimento da vulnerabilidade dos sujeitos como um elemento central em suas possibilidades de inserção no laço social. Cabe o alerta, portanto, sobre o fato de que a repetição, no país de destino, de situações que incrementem a vulnerabilidade, podem acabar por dissuadir o sujeito da busca por inserção no âmbito dos laços humanos, incrementando riscos psíquicos na medida em que desautorizam aquele que, por vezes, pode ser o testemunho narrativo derradeiro de um investimento no devir.

Os elementos que ancoram as narrativas dos participantes sobre a precariedade, perdas, ruptura com projetos de vida, compromisso com os familiares que ficaram e experiências de

violência de Estado dão testemunho das fraturas presentes em suas histórias de vida. Contudo, também revelam que, mesmo sob estas condições, foi possível, considerando-se a potência de recursos singulares, exercer movimento ativo de saída em busca de outras possibilidades. Assim, apresenta-se a seguir, os obstáculos que, por vezes, na chegada ao novo país, acabam por incrementar a repetição e, portanto, restringir o árduo trabalho do sujeito na direção de possibilidades criativas e inaugurais de um devir.

4.1.2 Repetição dos excessos e desafio à criação

Tornou-se evidente, na escuta das narrativas, o custo psíquico da impossibilidade de nomear rupturas, elaborar perdas, reconhecer-se em seus desejos e projetos. Assim, sofrimentos experienciados em suas vidas contribuem para a identificação da complexidade do movimento de buscar melhores condições via migração. Considera-se, ainda, o deslocamento como um ato que envolve uma ruptura abrangente, não só com questões culturais, mas, também, afetivas, linguísticas e profissionais (Nüske & Macedo, 2019).

Na escuta das narrativas dos participantes, é inevitável o confronto e o questionamento sobre o outro a quem endereça seu *testemunho narrativo*. Narrativas que, se escutadas com sensibilidade, permitem identificar situações marcadas pelo excesso e por experiência de considerável desamparo. Destaca-se, assim, o caráter coletivo no que tange ao contexto político, econômico e social de países que se encontram devastados, e cujas histórias revelam o trato violento com a sua população. Não se trata, portanto, de destacar elementos coletivos em detrimento de elementos individuais ou vice-versa, mas sim de apontar que, seja de uma ou de outra perspectiva, sempre estarão lá marcas da violência e do desamparo.

A ruptura provocada pelo deslocamento geográfico também não pode ser rapidamente equiparada a resolução de importantes conflituas. Não se pode considerar tal processo como uma escolha, na medida em que a outra opção possível (ficar no país), implicaria, muitas vezes,

viver em condições extremas de pobreza e/ou em correr risco de vida por condicionantes políticos. Diante de imposições de tais ordens, fica posta a impossibilidade de realizar uma “preparação” para a saída do país, repetindo-se, no processo de deslocamento, situações de extrema vulnerabilidade na medida em que precisam abrir mão de suas casas, famílias, amigos, cultura, língua etc., e percorrer longos trajetos, deparando-se com a fome, a falta de dinheiro e a escassez de recursos para um efetivo acolhimento. Então, a “preparação” psíquica impossível, narrada por eles, dá testemunho do impacto próprio a uma vivência traumática.

Emanuel, ao contar sobre sua vinda ao Brasil, disse que o pai fez uma “preparação” para que ele pudesse vir, comprando-lhe roupas e malas, mas, acima de tudo, encarregando-o de um projeto que não lhe era próprio. Assim como Marieta, que chorava ao dizer que não queria vir, mas recebeu, como resposta, que “não tem mais jeito”, pois seu pai já havia comprado passagem e, portanto, não tinha outra escolha. José, ao mesmo tempo em que contava sobre como ele e a namorada prepararam sanduíches para a “viagem”, e de como teria sido “divertido” o deslocamento, revelava as precárias condições de sua chegada e seu drama ao se deparar com a falta de comida e dinheiro. Olga, por sua vez, revelou o atordoamento frente a implacável necessidade de garantir a sobrevivência do filho e o choque ao se deparar com uma língua diferente, para a qual não estava preparada.

A escuta dos testemunhos narrativos dos participantes não deixa dúvidas, portanto, sobre efeitos devastadores da vulnerabilidade. Seja em relação à falta de condições de trabalho, de sustento, à privação em relação a liberdade de ser ou dos impedimentos em termos de recursos de saúde, faz-se presente o *excesso*. É evidente que, ao colocar em marcha o processo migratório, também pode-se considerar um potencial de transformação mediante a chegada a outro país e a novas experiências no campo alteritário.

A partir de suas histórias, percebeu-se que o legado de suas origens ficou marcado por aquilo que *poderia ser, mas não é*. Ou seja, os sujeitos ficaram duplamente convocados, pela

desesperança instaurada a elaborar perdas e pelo desejo de mudança, a empreender investimentos na construção de possibilidades, outras vias de satisfação. Difícil equilíbrio em contextos de vulnerabilidades que incrementam riscos e obstáculos.

O risco às potencialidades de vida aparece, sobretudo, quando além de terem restringidas as possibilidades, são, ainda, encerrados em nomeações prévias, que prescindem da escuta do sujeito e os caracterizam pela via da patologização do sofrimento. Neste campo, diversos autores têm identificado “obstáculos” impostos aos migrantes. Na pluralidade de obstáculos encontra-se a atribuição de condição vitimizada (Canavêz, 2015), a redução do sujeito à uma condição psiquiátrica que homogeneiza a experiência migratória (Pusetti, 2017) e a patologização como única forma de poder reconhecer e acolher o sofrimento implicado no deslocamento (Knobloch, 2015). Tais condições ilustram a denúncia realizada por Birman (2014) em relação ao uso do poder e da violência que visam a silenciar e provocar o apagamento do sujeito. Dessa forma, no campo de estudos referente às migrações, identifica-se a violenta tentativa de realizar uma prática de homogeneização do sofrimento, que desconsidera a complexidade do sujeito, bem como minimiza o impacto de fatores externos na produção de padecimento (Macedo, Rosa & Felin, 2020).

O deslocamento migratório traz em seu bojo o necessário desinvestimento do país de origem e o reinvestimento em uma nova vida em um país diferente. Ao considerar os efeitos, nesse sentido, das perdas e rupturas nomeadas pelos participantes, toma-se o luto, proposto por Freud (1917[1915]/2010) como a reação possível diante da perda do objeto, mas, também, ante “uma abstração que ocupa seu lugar, como pátria, liberdade, etc” (p. 172). Grigorieff e Macedo (2018) abordam, a partir do texto freudiano, o necessário trabalho psíquico de desinvestimento e reinvestimento presente no processo de deslocamento, enfatizando que “a migração exigirá do sujeito não apenas um trabalho corporal de movimento migratório, mas também o confrontará com suas próprias condições e recursos de elaboração de perdas e de atribuição de

valor às novas experiências” (p. 480). O necessário trabalho psíquico foi ilustrado, nas falas dos participantes, ao se confrontarem, no Brasil, com cenários que atualizavam e repetiam sua própria história.

Ao explorar elementos pertinentes ao processo de constituição do Eu, Silvia Bleichmar (2005) utiliza os termos autoconservação da vida e autopreservação do Eu. O primeiro refere-se à manutenção da vida biológica e o desejo de viver, enquanto o segundo contempla elementos relativos à imagem e à identidade. Ao trabalhar situações de catástrofes e, portanto, em relação ao traumático particularmente experienciado pelo sujeito, a autora propõe que autopreservação e autoconservação andam juntos em tempos “normais”, mas que, em contextos de trauma, sustentar a identidade e preservar a vida de forma conjunta é um desafio. Assim, situações traumáticas que atacam o Eu desde um real externo, confrontam o sujeito com a imperiosa necessidade de “deixar de ser quem é para (...) poder seguir existindo” (Bleichmar, 2005, p. 41, tradução nossa).

A narrativa de Emanuel demonstrou que o imperativo da autoconservação da vida, em termos de sobrevivência física, impediu-o de buscar investimentos em outro nível de satisfação. Tal fato se evidencia quando conta do esforço empreendido no Brasil a fim de obter sua inserção profissional, e como as dificuldades encontradas ao chegar acabaram por impedi-lo de realizar o projeto referente à continuidade de seus estudos, deixando-o restrito ao “trabalhar para comer”. A forma como é recebido no Brasil, parece impor novamente uma restrição de atender àquilo que escapa ao universo da “sobrevivência” biológica. A frustração devido aos impedimentos no campo da autopreservação do Eu parece escapar das políticas públicas de “acolhimento” aos migrantes.

As políticas públicas, cuja proposta seria de oferecer um efetivo acolhimento àqueles que chegam, acaba reproduzindo lógicas que, ao invés de oferecer vias facilitadoras de acesso ao laço social, impedem-nos de instaurarem-se nos laços humanos. A “proteção” que seria

garantida na lei, contudo, nem sempre se efetiva na realidade, pois o país que recebe não oferece condições que lhe garantam uma sobrevivência econômica, por exemplo (Rosa, 2018).

Emanuel, atendendo necessidades primárias como comida e moradia, acabou impedido de ir além em seus investimentos. Nesse sentido, acabou considerando que aquilo que “precisa” – a comida, no Brasil, é “mais fácil” conseguir. Ressalta-se que, por um lado, o “mais fácil”, narrado por Emanuel, contrasta com a situação extrema de pobreza e fome no Haiti, mas, por outro, repete a situação na qual ele se vê impossibilitado de realizar outros investimentos que não sejam de ordem básica para viver.

“Tem muita diferença, porque Haiti comida tá muito caro, difícil comida. Aqui Brasil, não. Haiti uma pessoa...almoça uma vez por dia. (...) Se eu quer almoçar mais de uma vez por dia, não tem problema. Aqui Brasil tá muito bom, mais que Haiti” (Emanuel).

Ao narrar sua história no Brasil, a aparente fluidez por meio da qual conseguiu as coisas que “precisa” vai sendo substituída, pouco a pouco, por uma narrativa cujos detalhes permitem vislumbrar importantes impedimentos na busca e realização de seus projetos de vida. Para que ele pudesse efetivamente bancar financeiramente seus estudos a partir dos ganhos com seu trabalho, Emanuel não poderia continuar responsável pelo sustento financeiro da mãe e dos 6 irmãos que ficaram no Haiti. Tal situação parece reproduzir a ausência de um lugar próprio. Assume, desta forma, a herança de “dívida” do pai, cuja morte anunciada resultou na impossibilidade de bancar o sustento da família. Emanuel assumiu uma responsabilidade, então, por meio da qual atualiza sua condição de desamparo ao se ver, novamente, sem ter com quem contar.

“Eu vim aqui porque eu tá procurar uma escola pra estudar (...) Eu quer estudar encanador. Não tenho pessoa pra ajuda. Tem universidade no centro... eu fui lá... muito papel. Difícil por mim (...) Eu precisar estudar pra aprender mais coisa aqui no Brasil, depois vai trabalhar. Procurei uma escola, tem escola no centro. Eu fui lá, custa muito dinheiro.” (Emanuel)

“Eu trabalhar. Se faz um, dois anos, pra ajudar ela (mãe) a visitar aqui. Porque eu ajudar ela, guardar dinheiro porque passagem tá muito cara (...). Patrão ajuda também. Se precisa... se já não tem dinheiro, se tá precisando dinheiro emprestado, empresta. Pai tá morto, precisa dinheiro pra mandar pra mãe, patrão manda (...) Ajuda ela (mãe) porque ela não trabalha. Porque eu trabalha aqui, eu manda dinheiro pra ela pra comprar comida, pra comprar outra coisa que ela precisar. Entendeu? (...) ajuda toda família. Ajuda tudo” (Emanuel).

Assim, na escuta à narrativa de Emanuel, o “outro” ocupa quase todos os espaços. A mãe, os seis irmãos, o pai morto, o patrão. Tanto a responsabilização por aqueles que ficaram, quanto as restrições de projetos próprios de autonomia no novo país, apontam para a repetição da passivização vivida no Haiti. No Brasil, fica novamente reduzido aos investimentos que garantam fazer o outro sobreviver, garantindo apenas sua *sub-existência*, como se não fosse permitido ter projetos para além da precariedade experimentada e da qual tentou distanciar-se. Santinho (2013), ao trabalhar as complexas problemáticas envolvendo migrantes e refugiados, salienta que os sujeitos acabam submetidos e condicionados às políticas de fronteiras mundiais e políticas sociais do país de destino, deixando-os “tendencialmente dependentes e passivos, por um longo período” (p. 9), pois não são oferecidas condições mínimas para sair desta posição passiva.

A temática da vulnerabilidade e do desamparo também se atualizam na chegada de Marieta ao Brasil, ao desvelar a restrição de seus investimentos na medida em que se encontra aprisionada à realização de um projeto de vida que não é o seu. Após sua migração, tornou-se responsável financeiramente por aqueles que ficaram, revelando, no novo formato do velho e familiar compromisso com o outro, a impossibilidade de realizar investimentos em si mesma.

“Eu sempre disse ‘é um ano’. Tipo, eu pensei ‘Brasil é tipo os Estados Unidos’. Tipo, tu chega, tu consegue juntar dinheiro. (...). Eu vou voltar um ano. Essa situação tá juntar dinheiro, você

tem que não mandar dinheiro pra conseguir juntar. Porque tu tá mandando... tu junta hora extra pra conseguir juntar dinheiro pra mandar, e aí não sobra dinheiro pra passar” (Marieta).

Marieta conseguia nomear a tristeza da decepção experimentada ao “sempre ter pensado uma coisa, e a realidade ser bem diferente”. A quebra do ideal, ao se deparar com uma realidade que não permite que consiga sustentar-se e, concomitantemente, responsabilizar-se por aqueles que ficaram, dá testemunho da ilusão na qual precisou agarrar-se a fim de acreditar que era possível sair de uma condição de precariedade e diante da qual se vê, novamente, “aprisionada” pela repetição instaurada.

“Ah, isso vai me deixar muito triste porque não tem como pra mudar. Eu acho que é muito, muito diferente. Fica muito triste porque eu queria voltar num ano a visitar a família, né? Já tem mais de quatro anos, cinco anos (...) É muito difícil. Às vezes essas pessoas fala ‘ah nós está na prisão daqui’. Tu não sabe pode ir, porque a passagem tá muito cara. Mesmo tu passar um ano pra juntar dinheiro, vai ser difícil. Muito difícil” (Marieta)

Além de um projeto de vida que não era seu, Marieta contou, ainda, sobre seu aprisionamento em palavras e traduções que são do outro. Narrou seu empenho em relação a aprender o português quando chegou ao Brasil, referindo ser esta a maior dificuldade enfrentada. Considerava que “os outros precisam se esforçar e não se esforçam” (para aprender a língua), e de como ela anotava ou gravava áudios de tudo o que as pessoas falavam e que não entendia, para poder, depois, em casa, traduzir. A nomeação do recurso, por um lado, no sentido de uma atividade frente ao impasse de não conseguir se comunicar, desvela, por outro, a passividade, pois acabava sempre ficando com palavras que não eram próprias.

“Também quando eu não sabe falar muito bem português, tem que parar e eles falam na minha frente e eu digo ‘meu Deus, o que tá falando?’. Quando tá falando eu gravo áudio e quando chego em casa coloco no tradutor pra escutar o que ele tava falando, se tava falando de mim (...) Também se falar alguma coisa e eu não entende, eu pergunto ‘o que você falou? Escreve

pra mim'. É muito legal, muita gente me ajuda pra aprender português. Eu sempre baixar aplicativo, eu sempre baixar aplicativo pra aprender português” (Marieta).

“Quando eu comecei eu não entendi nada. Mas eu sempre com caderno, anotando que as pessoas fala. Quando eu cheguei em casa, eu boto no tradutor isso significa isso e isso significa isso. Mas tem muita gente que não se esforça” (Marieta).

No esforço empreendido, parece entrar em cena um recurso a fim de superar adversidades, mas se as reais adversidades não são identificadas, ao que respondem seus recursos? A intenção parece ser a de que o sujeito possa fazer algo por si, porém, é como se invadissem a cena elementos que disfarçam a dor e impedem a implicação efetiva com a dificuldade, evidenciando que “não houve mediação entre elementos de diferentes naturezas no aparato psíquico: aqueles ligados e aqueles indomados” (Antonello, 2020, p. 66). Nesse contexto, há a sobreposição de duas situações: as intensidades que ficam “indomadas” dentro do sujeito e, também, as hostis condições de acolhimento, que não contribuem para que haja um processo de ligação das intensidades psíquicas a fim de que a situação não reproduza o traumático.

A possibilidade de traduzir o que é dito dá conta, por um lado, da questão da linguagem no sentido de poder comunicar-se. Porém alude, por outro, a poder colocar em palavras e dar sentido ao que se passa dentro de si em relação às perdas e às impossibilidades experienciadas. A dificuldade em poder reconhecer o que ficou para trás e as mudanças, em si, depois de quatro anos morando no Brasil, é ilustrada por Marieta ao dizer que “não mudou muita coisa, só a rotina” (sic).

Também em relação à língua, Olga, ao contar sobre sua decisão de migrar para o Brasil, cuja proximidade geográfica com a Venezuela possibilitaria que logo pudesse voltar para buscar os filhos, refere o choque ao se deparar, na fronteira, com uma língua diferente:

“Minha decisão pelo Brasil foi porque era a mais perto, mais perto da minha casa. Eu saí sozinha de lá, eu deixei meus filhos lá primeiro. Então pra eu poder ter mais contato ou pegar eles mais rápido, era melhor o Brasil. Só que eu esqueci um pequeno, um pequeno detalhe: a língua. Eu não sei em que momento da minha cabeça passou que eu ia falar espanhol aqui. Quando eu decidi fazer minha aventura, por assim falar, eu saí da Venezuela e cheguei no território brasileiro 21 de janeiro de 2018. Tava na... na terceira onda massiva de venezuelanos, que passavam dois, três dias na fronteira para conseguir um visto, toda essa bagunça doida. Aí eu consegui meu visto por noventa dias, graças a Deus, entrei no país. Quando entro na Polícia Federal pra tirar meu visto, que o policial fala “oi, bom dia”, aí eu fiquei ‘meu Deus do céu, é outra língua. O que tô fazendo aqui?!’”

Nesse sentido, é possível questionar a repetição, no que tange ao desamparo discursivo, escancarada no ‘não falar português’: seria esta, também, uma forma de desvelar o não se sentirem escutados pelo outro? Entende-se que a realidade material – a questão linguística – atualiza a realidade psíquica, incrementando a violência experienciada ao não ter sido escutado pelo outro no país de origem. Assim, fica posto na questão de não falar português a presença do não comunicado, o não traduzível a si mesma e ao outro.

José ilustra a repetição de não ter sido escutado e, inclusive, perseguido em função das denúncias que fazia. A impossibilidade de aprofundar-se nos afetos experienciados a partir de palavras que poderiam “revelá-lo”, provocou um apagamento da própria história, na medida em que há um reconhecimento parcial sobre si mesmo: vê-se como alguém conhecedor das políticas públicas, com vasto conhecimento em Direitos Humanos, porém, não consegue reconhecer-se em sua própria história de ser um estrangeiro no Brasil.

“Legalmente eu sou estrangeiro. Mas eu sou parte do processo de construção da sociedade, independentemente de onde eu esté morando, eu sou parte do processo, da dinâmica de produção, da dinâmica de desenvolvimento, entendeu? Então eu sinto que eu sou um cidadão

do Brasil. Independentemente de como as pessoas olham para mim, entendeu? Tem pessoa que fala 'ah você é venezuelano'. No. Eu sou um cidadão da cidade” (José).

Embora as histórias de vida e as narrativas dos sujeitos não deixem dúvidas sobre a condição de vulnerabilidade na qual se encontram, muitas vezes o que aparecia, em suas falas, era a impossibilidade de reconhecer-se nesta condição. José dá testemunho da necessidade de afirmar-se enquanto sujeito, cidadão brasileiro, para que tenha seus direitos minimamente reconhecidos. Reconhecer-se “estrangeiro” parece apontar para um demérito, uma desvalia. Porém, revela a vulnerabilidade justamente na medida em que não pode reconhecer-se no que ele verdadeiramente é. Nesse sentido, há uma evidente repetição em relação ao silenciamento do sujeito, na medida em que não pode reconhecer-se e, menos ainda, narrar a dor experienciada. Na empreitada psíquica que tem o intuito de tramitar as intensidades diante das quais está exposto, tendo, na palavra, um recurso de captação, ligação e historicização do vivido (Kegler & Macedo, 2016), ao ter tal tramitação impossibilitada, o sujeito fica silenciado em si mesmo, à mercê de intensidades “indomadas”.

Tal silenciamento da dor apresenta-se, na história de Olga, não só em relação à perda da mãe, mas repetindo-se também em relação à Venezuela ‘perdida’ de sua história. Ao longo de sua narrativa, ficou evidente que sua ideia inicial era permanecer um ano no Brasil e, depois, retornar à Venezuela. Porém, além do motivo de sua vinda, a precariedade de recursos na Venezuela impossibilitou seu retorno à vida que tinha antes. Aliaram-se às condições emocionais de fragilidade outras graves situações, como o deterioro econômico e social de seu país de origem, denunciando a precariedade da população, na medida em que não havia condições mínimas de garantia à vida. Vida esta que, nesse momento, ainda não podia ser pensada em termos de outros investimentos, pois as necessidades mais básicas precisavam ser atendidas para que houvesse, primeiramente, sobrevivência.

“Pra ir pra lá teria que ir com uma carreta de dinheiro pra sobreviver com três crianças. E não vou conseguir eu comer e olhar o vizinho que não tá comendo (...) você em um lugar onde você tem uma lembrança de algo esplendoroso, super lindo e você chega lá e conseguir todo no contrário, assim, ah, uma decepção, um estado de pobreza, de miséria, não é legal. (...) A gente não assiste notícia. Por quê? Porque eu não gosto, porque meus filhos olhem as situações da Venezuela, porque são crianças e lhes impacta psicologicamente, porque eles também deixaram amiguinhos lá, coleguinhas, sabe? Então, ‘mãe, se a Venezuela tá assim, o que tá comendo o meu tio? ou que tá comendo, João?’, por falar um nome. ‘Olha, filha...’, eu fico cortada porque eu não sei o que falar, sabe? É difícil. Então voltar é só um sonho. Mas minha realidade é continuar no Brasil”.

Evidencia-se, no uso do tempo verbal no presente em sua narrativa, que o reconhecimento da perda e o conseqüente luto pela condição perdida ficaram dificultados - “Eu, lá na Venezuela, *tenho* uma posição classe média” (sic). Há um aprisionamento em um tempo que não passa, não elabora o ‘passado perdido’. Ao dizer que hoje em dia sabe que não poderá voltar para a Venezuela, referindo-se à pobreza extrema do país, fica impedida de reconhecer que, mesmo não *vendo* (as notícias), não é possível evitar a dor da realidade existente.

“Prefiro lembrar a Venezuela que eu tenho na cabeça que ir lá e levar o psicológico maior ainda, sabe?” (Olga)

Na medida em que o “psicológico” precisa alterar a realidade, Olga conta do alto custo psíquico da repetição do silenciamento de sua dor. A Venezuela que ela “tem na cabeça”, cujas lembranças contam de um lugar “esplendoroso”, também diz respeito à todas as vivências familiares ‘perdidas’, sobre as quais contou ao longo da entrevista. Contudo, quando falava do país que precisou abandonar, também revelava o singular “impacto psicológico” da impossibilidade de se deparar e efetivamente vivenciar as perdas que teve ao longo da vida, realizando um trabalho de luto, e o impacto que teria ao voltar e ver, *in loco*, o vazio deixado

pela morte de todos os familiares que não estão mais lá. Ao lembrar-se de sua vinda para o Brasil, com apenas uma mala, recorda todos os objetos que ficaram na Venezuela e que lhe trazem profundas lembranças dos familiares que já morreram, passando a sonhar, então, com uma possível volta para revisitar estas memórias. Porém, oscila entre reconhecer a dor, e a concepção de “sensatez” como condição excludente do sentir, tudo o que é, na verdade, pertinente a um trabalho de luto.

“Então, eu sei que se eu vou lá e por exemplo, entro na casa da minha vó, eu vou sentir o cheiro dela. Querendo ou não, assim, pode fazer vinte anos, eu vou sentir o cheiro. Sei que eu vou lá e vou procurar uma calça que era da minha mãe e eu vou sentir minha mãe. Aqui, hoje em dia não, eu me sinto sozinha, porque não tem outra palavra. Então tem momentos que eu vá lá, sabe? Essa tristeza... assim, por exemplo, ontem, justamente, minha avó tava fazendo onze anos de morta. Então, tava todo esse sentimento do contrário, sabe? Assim, e eu ‘eita, eu quero voltar pra Venezuela’. Ficar lá, sabe? Uns quinze dias. Quinze dias e volto. Mas depois, quando vem a Olga sensata, que não se deixa levar pela emoção, senão pela razão, ‘vou fazer lá o que?’.”

A fala de Olga demonstra claramente o que fica separado entre “razão” e “emoção”, revelando sua impossibilidade de integrar intensidade e sentido. Diante de vivências abruptas e disruptivas, Olga testemunha a impossibilidade de uma preparação psíquica e de posterior elaboração do traumático, revelando o aprisionamento nos meandros das repetições do excesso.

Ao testemunharem sobre a dramaticidade da experiência de migração, os participantes deste estudo parecem, por um lado, saber a gravidade de tudo que passaram, mas por outro, é como se os afetos não pudessem acompanhar seus relatos. Ficou evidente, na fala de Marieta, a divisão que ela precisou fazer entre os “com visto” e os “sem visto”, quando referiu que para ela foi “fácil”, porque veio de “avião e com visto”, enquanto reconhece que, “para os

refugiados”, sim, que “deve ser difícil”, ficando impedida de reconhecer em si mesma tanto os desafios enfrentados, quanto o valor dos recursos mobilizados.

O excesso atualizado revela, a partir de narrativas que se apresentam clivadas, a separação das vivências ruins, deixando-as isoladas em um tempo anterior, a fim de preservar apenas vivências positivas para o tempo atual. A impossibilidade de reconhecer(-se) e integrar essas experiências, denuncia tamanha precariedade experimentada, na medida em que encobre o que não está bem, em uma tentativa desesperada de não deixar o sujeito com ainda menos do pouco que lhe restou. A precariedade se atualiza nas cenas descritas, mas, também, no que ficou silenciado deste testemunho, impossibilitado de ser percebido e reconhecido como tal.

A fala de Emanuel ilustra tal separação, impedido de poder reconhecer que, assim como no Haiti, sua condição no Brasil repete situações de maltrato, revelando a vulnerabilidade justamente no impedimento de poder narrar aquilo que ele enxerga como violento.

“Ah, Brasil tá muito diferente. Porque... Haiti tem problema de segurança. Haiti não pode sair nove, dez da noite, tem bandidos que matam. Não deixam, não pode. Aqui no Brasil tem dia eu trabalho até onze da noite, e não tem problema entrar em casa. Se a polícia vê, polícia não fala nada. Polícia no Haiti vai bater. Se polícia Haiti vier de noite e fala “o que você vai fazer?”. Se não fala rapidinho, polícia vai bater, vai matar. Aqui Brasil não. Tem muita diferença, porque Haiti comida tá muito caro, difícil comida. Aqui Brasil, não. Haiti uma pessoa...almoça uma vez por dia. Haiti, não. Se eu quero almoçar mais de uma vez por dia, não tem problema. Aqui Brasil tá muito bom, mais que Haiti. Tem problema. Haiti tem crise, aqui Brasil é bom. Tem problema de segurança no Haiti, aqui Brasil tá bom” (Emanuel).

A narrativa de Emanuel traduz seu esforço para tentar constituir um Haiti como sendo um lugar no qual ficaram todas as experiências ruins, e uma concepção sobre o Brasil como o lugar onde tem “tudo de bom”, deixando silenciada a dor frente ao que experimenta como reatualizações de excessos e violência. Sua fala revela o que Rosa (2018) propõe como

“aceitação do mínimo”, no sentido de uma certa política pública de convencimento de que aceitar o mínimo para a subsistência está bom. Tal situação se configura, evidentemente, como uma prática de dessubjetivação, na medida em que desconsidera o sujeito em sua condição de ser. O ato falho que produz na entrevista dá testemunho das brechas deste esforço de divisão ilusória.

“Aqui Brasil, quando chegou aqui no Brasil, é muito difíc... é muito bom porque tem pessoa que foi a escola, tem que trabalhar também. Pergunta então, tem pessoa que foi a escola de manhã e de noite foi trabalhar. Haiti não. Haiti pra você trabalhar, você tem que terminar a universidade, depois vai trabalhar. Aqui não. Aqui Brasil é bom que Haiti” (Emanuel)

José também nomeia a separação entre o que, por um lado, pode ser facilmente falado e conhecido e, por outro, não pode ser sentido. Tal divisão parece aproximar-se dos aportes ferencianos acerca do conceito de clivagem, cujo efeito faz com que o sujeito fique dividido em duas partes: “numa parte sensível, brutalmente destruída, e uma outra que, de certo modo, sabe tudo, mas nada sente” (Ferenczi, 1931/2011, p. 88). Considerando-se a clivagem como decorrente da separação entre duas reações opostas que dividem o Ego, os sujeitos se agarram à ideia de que o novo país possa suprir todas as faltas experienciadas anteriormente. A tentativa é de sobrevivência psíquica, pois tanto já foi tirado deles que se faz necessário acreditar que em outro lugar, diferente do vivido até então, é possível que haja outra experiência.

Assim, recupera-se a noção de uma atividade no movimento empreendido, bem como o ativo presente ao testemunhar as situações de excesso experienciadas. A aposta na potencialidade do testemunho se dá, justamente, na mudança em relação a posição subjetiva de submetimento para esta de denúncia em relação ao vivido. Todavia, percebe-se que as profundas marcas em suas histórias carregam repetições que dificultam a possibilidade de criação, mas que podem encontrar, a partir de uma escuta, a esperança de trilhar outro caminho.

Entende-se que a entrevista, no contexto de pesquisa em psicanálise, configura-se como uma possibilidade, ao sujeito, de reconhecer, a partir da construção de uma narrativa própria, aquilo que ficou sem sentido ao longo de sua história e que pode, então, ser experienciado como sentimento. Evidenciou-se, portanto, que os sujeitos foram podendo, a partir do endereçamento de seus testemunhos, integrar essas vivências e falar também das experiências de violência no encontro com o outro. O encontro com o outro no campo alteritário aparece, então, como forte condicionante de potencial de criação. Passa-se, a seguir, à apresentação do segundo eixo proposto nessa Dissertação no intuito de apresentar, a partir das narrativas dos sujeitos, os impactos do encontro com o outro na (im)possibilidade de um endereçamento alteritário.

4.2 ENDEREÇAMENTO ALTERITÁRIO

4.2.1 Marcas de hospitalidade, obstáculos no acolhimento e incremento ao desalento

A partir da escuta dos testemunhos narrativos dos participantes, bem como do trabalho com o material coletado, destacaram-se temáticas relativas tanto à marcas facilitadoras, quanto aos obstáculos na experiência de chegada a um novo país e no que tange ao encontro com o outro. Propõe-se que a contrapartida ao testemunho narrativo se dá, justamente, na possibilidade de um *endereçamento alteritário*, ou seja, na disponibilidade de escuta de um outro que possa efetivamente acolher e legitimar aquele testemunho. Conte (2014), ao trabalhar o conceito de testemunho, destaca o papel fundamental que a escuta adquire, na medida em que “decifra” o que é dito e o não dito.

O testemunho apresenta-se nesta dupla face entre o dito e o não dito. Não dito, falhado, esquecido, formas que são da ordem do inconsciente. Mas há o não dito que fica como pedaços, como enigmas que precisam ser escutados para quem sabe, serem decifrados. Processo em que a escuta do outro torna-se fundamental, pois devolve a palavra respeitando o tempo do que [ainda] não pode ser revelado – o não dito (p. 87).

O conceito de *endereçamento alteritário* foi pensado a partir das proposições freudianas acerca da experiência de satisfação (Freud, 1895/1996), na medida em que lança luz sobre os investimentos e a *qualidade* de encontro no campo alteritário. Entende-se que tais proposições permitem explorar elementos que se fazem presentes na leitura do fenômeno migratório quando se enfatizam o desamparo inerente (tomado aqui como um modelo paradigmático de instauração de vulnerabilidade) e a relevância da qualidade da ajuda alheia ofertada em uma dimensão ética.

Faz-se necessário, frente à busca por acolhimento em um novo país, que alguém possa perceber, acolher e reconhecer (traduzir) o que este “estrangeiro” demanda. Assim, a situação de migração remete, também, à importância de uma relação alteritária. Toma-se, então, essas condições vinculadas à possibilidade de identificar a vulnerabilidade do outro sem que isso signifique tomá-lo como alvo de violência a partir de práticas de dessubjetivação. As marcas tanto de hospitalidade, como de hostilidade no acolhimento ao sujeito migrante, foram narradas pelos participantes.

Há, notadamente, um caráter ativo na construção de um testemunho narrativo do sujeito migrante sobre si mesmo e, como mencionado, uma demanda de endereçamento ao outro, cuja escuta confere o caráter testemunhal ao experienciado. A possibilidade de encontro no campo alteritário com um outro que possa efetivamente acolher o sujeito pode, nesse cenário, promover marcas de hospitalidade. Contudo, coloca-se em questão os danosos efeitos de falhas nas condições de “tradução” e/ou acolhimento desta demanda no campo alteritário quando, ao invés de acolhimento, o que se oferta aos sujeitos são reedições no terreno da violência.

Ao chegar ao Brasil e se deparar, na rodoviária em Porto Velho, com a magnitude de estar apenas com sua namorada, algumas malas, sem dinheiro e sem comida, José descreveu uma cena de desespero. Contou que saiu vagando pelas ruas da cidade, sem conseguir se comunicar, até encontrar um restaurante que vendia cachorro-quente, no qual o dono estava

arrumando as mesas para o almoço. Entrou e prontamente começou a ajudá-lo para que pudesse, em troca, ganhar alguma comida. Segundo ele, mesmo sem conseguir falar em português e sem um meio com o qual o homem pudesse compreendê-lo em espanhol, eles conseguiram uma “linguagem” em comum.

“Então, aí ele deixou eu arrumar 3 mesas e aí depois ele saiu com um cachorro quente. Como você não tem ideia, tenia muito tempo sem comer, muito, comida boa. Aí eu pedi pra ele cortar, e eu falei ‘vou levar’, chorando, ‘vou levar pra minha mulher, muito obrigado. Eu posso vir amanhã?’ Eu falei assim, ‘eu posso vir amanhã e não sei o que?’ e ele falou assim como que ‘não moço, não tô compreendendo o que tá falando’. Eu já sabia que se eu voltasse, precisasse, ele podia me ajudar se eu precisava. Aí eu voltei pra rodoviária, dei o cachorro quente pra ela, comemos demais esse dia. Foi pequeno, foi um cachorro quente, mas foi uma experiência boa. E aí um ano depois, você não vai acreditar, um ano depois eu fui para lá, eu falei com o dono do negócio, e ele lembrou de mim. E eu falei ‘moço, te agradeço’, eu mais ou menos falava (português), ‘eu te agradeço, esse dia você deu para mim essa comida, porque se você não houvesse feito aí eu acho que... que a gente ia morrer de fome porque não tínhamos nada que comer. Já tínhamos 1 dia praticamente sem comer, e eu te agradeço’. Praticamente todos os anos, en la misma fecha, já temos dois anos continuamos indo comer para lá. Só nessa data, na data que aconteceu isso nós vamos pra lá” (José).

Poder voltar ao restaurante com a certeza de que, se precisasse, poderia receber ajuda novamente, revelava as marcas, em José, dos “bons encontros” (sic) que teve em sua história e que puderam encontrar, em alguns momentos, um endereçamento na chegada ao Brasil. Ele narrou experiências que puderam ser aproximadas ao que Derrida (2000) propõe a partir do conceito de hospitalidade como um direito de quem chega, em outro território, de não ser tratado com hostilidade, ou seja, de ter o direito de ser bem-vindo.

“O primeiro que eu conheci quando eu cheguei aqui no Brasil foi um polícia que falou pra mim ‘cara, já você tá em território brasileiro, seja bem-vindo agora, você vai passar por lá e vai falar com a menina de lá, vai pedir para ela um folheto que fala sobre os direitos de saúde de você’. Isso é muito bom. Eu senti o... a bem vinda daquele cara, daquele polícia. Eu senti muito bom como ela explicou para nós as coisas” (José)

A possibilidade de ter alguém que acolha o estrangeiro que chega em um novo território e possa mostrar seus *direitos*, evidencia a proposta de Derrida (2000) acerca da hospitalidade, na medida em que o “hóspede bem-vindo” pode ser esse estrangeiro tratado como “amigo ou aliado” (p. 4). Contudo, a referida hospitalidade carrega em seu âmago um paradoxo. Por um lado, a aparente hospitalidade de receber aquele que chega, reconhecendo seus direitos, mas, por outro, a hostilidade, na medida em que o “dono da casa” mantém a autoridade de garantir, ou impedir, que tais direitos se efetivem. José, ao longo de sua narrativa, ao nomear os “bons encontros” (sic) que teve durante seu percurso e chegada ao Brasil, revelava, na verdade, o quanto o “cuidado”, referido por ele, restringia-se ao básico para não morrer: ter comida.

“Tenho que agradecer muito as pessoas brasileiras que acompanharam o viagem da gente porque eles foram... eles foram muito, muito amáveis com a gente. E... tem ainda os números das pessoas que colaboraram com nós. Lembro que passando... passando a estrada de Manaus pra Porto Velho uma pessoa comprou um café para nós. Na Manaus um senhor que, casualmente, os filhos dele tavam na Venezuela, a mãe deles era de lá... então havia, conhecemos ele né, só por perguntar um endereço, e aí ele ficou, deu comida para nós. Sempre, eu acho que a gente sempre tem um anjo né, cuidando de nós. Eu sempre falo assim. Você não vai acreditar. (...) Mas posso acreditar que a gente sempre teve uma pessoa cuidando de nós, entendeu? já sea porque Deus mandou, já sea pela casualidade da vida que acontece. Uma pessoa sempre estendeu a mão dele para ajudar né” (José)

Apesar de nomear alguns “bons encontros”, José enfatizou que “teve os ruins também” (sic), marcando a precariedade de um acolhimento restrito, muitas vezes, à oferta de comida, ou seja, do mínimo para a sobrevivência e, outras tantas vezes, marcado por nuances de hostilidade. Ao trabalhar a relação entre o outro e o estrangeiro, Derrida (2003) destaca a imbricada e paradoxal relação entre os conceitos de hospitalidade e hostilidade, na medida em que o estrangeiro

deve pedir a hospitalidade numa língua que, por definição não é a sua, aquela imposta pelo dono da casa, o hospedeiro, o rei, o senhor, o poder, a nação, o Estado, o pai, etc. Estes lhe impõem a tradução em sua própria língua, e esta é a primeira violência. A questão da hospitalidade começa aqui: devemos pedir ao estrangeiro que nos compreenda, que fale nossa língua, em todos os sentidos do termo, em todas as extensões possíveis, antes e a fim de poder acolhê-los entre nós? (p. 15).

Percebe-se, em relação à pátria que abandonaram, que os sujeitos estavam submetidos à condições de intensa precariedade que incrementava problemáticas de violência com a população. Assim, ao chegar ao Brasil, esperando sair daquela condição, mas se depararem com experiências que os colocaram novamente em uma condição de maltrato, os sujeitos revelaram, em suas narrativas, os tanáticos efeitos de encontros com o outro que, ao invés de acolhimento, promoveram cenas de dessubjetivação. A hospitalidade encontra obstáculos, nesse cenário, na medida em que dependeria “da remoção das fronteiras que nos separa do outro” (Bastos, Rameh & Bitelli, 2016), mas que encontra, ao contrário, a escavação de um abismo que separa dois lados como se fossem distintos: “nós” e “eles”. Tal distinção promove um aumento das fronteiras invisíveis, separando estrangeiros e autóctones, com o intuito de promover formas distintas de segregação que desconsideram o caráter semelhante/diferente do outro. Canavêz e Vertzman (2021), ao trabalharem a ideia de desmentido social, lançam luz

sobre a importância do outro na cena, destacando, portanto, a relação intersubjetiva e seus efeitos no sujeito.

O início desta engrenagem traumática é uma violência intersubjetiva, mesmo que esta tenha repercussões na economia pulsional. Não se trata de uma violência inevitável ou determinada pelos avatares das difíceis relações entre os animais humanos. Trata-se de uma forma específica de violência derivada da necessidade de silenciar o outro (p. 10).

O silenciamento que foi revelado, a partir das narrativas, pode ser entendido por duas vias de violência: uma narcísica, na medida em que desmente a condição de *ser* do sujeito para uma autoafirmação das “identidades frágeis” e, também, via práticas de dessubjetivação, encerrando os sujeitos em identidades vitimizadas e/ou patologizadas.

Ao falar dos “problemas” encontrados ao chegar ao Brasil, os quatro participantes nomearam a questão linguística como a principal dificuldade enfrentada. Embora haja unanimidade em relação ao que foi nomeado como barreira, ficou evidente os singulares efeitos provocados ao se depararem com uma língua diferente. José, ao “enumerar” os obstáculos enfrentados, denunciou a dificuldade de inserir-se no laço social, em um primeiro momento atribuída a questão do idioma.

“Vou enumerar os problemas que a gente tem quando chega aqui no Brasil. Primeiro, como já te falei, o primeiro problema é o idioma. A língua. É complicado para a pessoa que fala espanhol conseguir se desenvolver né, na dinâmica social” (José)

A dificuldade atribuída à linguagem é narrada como o primeiro obstáculo ao chegar a um novo país; porém, percebe-se que o dilema da língua se desdobra nas temáticas da impossibilidade de reconhecimento, da (in)diferença e de práticas de dessubjetivação na “dinâmica social”. Logo, ao escutar as narrativas dos participantes em relação às suas experiências linguísticas, desvelava-se uma “confusão de línguas” que ia muito além da dificuldade de comunicação com os autóctones. Propõe-se, no contexto de acolhimento ao

sujeito migrante, pensar o termo “confusão de línguas” justamente em relação à violência provocada, cujo pretexto de uma barreira linguística esconde, na verdade, o caráter violento de preconceito e segregação. Foi possível ampliar, a partir de uma escuta atenta, os obstáculos narrados pelos participantes no que se referia à questão da língua, mas que ia muito além disso.

A pergunta de Olga, no início da entrevista, sobre se ela poderia “*falar assim*” (sic), questionando se a pesquisadora conseguia compreendê-la, foi ganhando sentido *a posteriori*, na medida em que a escuta de seu testemunho foi revelando as diferentes manifestações de preconceito que ela sofreu enquanto procurava emprego, que diziam respeito, supostamente, à forma que ela falava (mas não só). Ela deu testemunho da aparente impossibilidade de comunicar-se, contando que nos três primeiros meses “*tinha uma dor de cabeça horrível*” (sic) porque não entendia o que as pessoas falavam, não conseguia se comunicar e apenas chorava. Embora contasse da dificuldade de comunicação, também revelava sua condição ativa de denúncia e revolta em relação ao silenciamento e ao “ensurdecimento” que lhe era imposto. Sua narrativa revelou o óbvio: a questão não era, absolutamente, não conseguir se comunicar em português.

“Aí já to desempregada de novo agora, na atualidade. Procurando, mas também tem esse preconceito de apesar de... do tempo passar, já passaram três anos desde isso e a gente ainda tem preconceito, porque sempre fala, ‘ah, que eu não entendo o que você fala’; ‘ah, mas porque você é pedagoga lá, aqui você não é ninguém’. Sabe, esse menosprezo por você. É muito duro. Aí você entra num lugar e todo mundo fica te olhando, como que se você tem algo na testa escrito ‘sou menos que ninguém’. Não sei, não entendo, sabe? Você deixa um currículo e praticamente ele tira no lixo só por você ser venezuelana. Já um preconceito muito grande” (Olga).

Olga convoca à cena o paradoxo presente nos trâmites do reconhecimento. Aquilo que uniria a todos sob a “categoria” de semelhante, ou seja, ser *humano*, é o que possibilitaria,

justamente, a consideração e o reconhecimento de que o sujeito é, ao mesmo tempo, semelhante e diferente. Só então a partir da possibilidade de reconhecer tal diferença seria possível estabelecer uma relação verdadeiramente alteritária. As narrativas dos sujeitos que vieram para o Brasil dão testemunho, contudo, das perturbações provocadas simplesmente pela presença da diferença e que revelam “o rechaço ao reconhecimento da sua própria condição humana” (Macedo & Kupermann, 2020, p. 101). A temática do reconhecimento se apresenta, nas falas dos sujeitos, mediante uma demanda de consideração à existência de uma história pregressa ao movimento migratório, aos estudos e profissão que exerciam no país de origem e, sobretudo, ao reconhecimento de sua condição de sujeito. Macé (2018) contribui para essa reflexão ao apontar para o desafio de “experimental-nos como semelhantes-desselelhantes”. É precisa a afirmativa da autora, no sentido de que “se toda vida é insubstituível (e ela é), não é exatamente porque é única (mesmo que evidentemente o seja), é porque é igual e deveria ser sempre tida como tal” (p. 31).

Em relação ao reconhecimento e nomeação das experiências de violências as quais estão expostos, há marcadamente uma diferença nas narrativas dos sujeitos que vêm da Venezuela e do Haiti para o Brasil. José e Olga, ao contarem o drama enfrentado, na chegada ao Brasil, em relação à língua e o difícil trato com a população brasileira, reconhecem a crueldade dirigida a eles e se revoltam contra o absurdo de tamanha violência vinda de um semelhante. Por outro lado, Emanuel e Marieta têm muita dificuldade de falar das experiências ruins, tanto no que tange ao racismo que sofreram, quanto ao reconhecimento de que, em alguns aspectos de violência, o novo país se aproxima bastante do Haiti. É como se os sujeitos precisassem amenizar a intensidade das cenas que vivenciaram e não pudessem se revoltar contra a crueldade que lhes é dirigida porque, afinal, eles foram “aceitos” neste novo país. A imperiosa necessidade de sair do país de origem parece esmagar, assim, a possibilidade de reconhecer que

no Brasil também há diferentes manifestações de maltrato, pois, se não “aceitassem” o que lhes foi oferecido, correr-se-ia o risco de ficar sem saída.

Entende-se que tal diferença pode ser lida a partir da consideração ao contexto sócio-histórico de cada um desses países. A história do Haiti, marcada pelas explorações de uma colonização, embargos econômicos e catástrofes naturais, incrementou uma crise com impactos inestimáveis e desastrosos para a população, deixando marcas de um processo de desumanização. Nesse sentido, é como se os efeitos do silenciamento imposto se perpetuassem no imaginário dos sujeitos, impedindo-os de efetivamente denunciarem as atrocidades experienciadas. A história da Venezuela, por outro lado, revela o movimento da população contra o autoritarismo governamental, e cuja narrativa de José acerca de seu ativismo político, dá testemunho da tentativa de resistência frente à violência dirigida à população.

Ao narrar sua história, Olga contou que os estudos, para sua família, tinham um valor inestimável, na medida em que trariam “autonomia e liberdade de escolhas” (sic) mediante inserção profissional. Sua mãe afirmava que o importante era “o certificado que ela poderia pendurar na parede”, não importando o fato de “ser filha” de alguém. Olga revelou, então, em sua fala, a hostilidade presente no não reconhecimento do que ela efetivamente é, como se “não fosse ninguém”. Na Venezuela, ela era professora e pós-graduada, porém, no Brasil, a impossibilidade de ter seus estudos e trajetória profissional reconhecidos, lançou-a a uma posição marginalizada, impedindo-a de conseguir emprego. Para ela, ver-se impossibilitada de exercer sua autonomia mediante inserção profissional, ia muito além do não conseguir emprego, pois o valor atribuído ao trabalho estava diretamente vinculado ao valor atribuído a si mesma.

“Na minha família, por falar individualmente, na minha família sempre teve o conceito de que se você estuda, você nunca vai trabalhar limpando o vaso de ninguém. Então o que eu fiz? Eu estudei muito, eu sou licenciada em pedagogia, com pós graduação em matemática, e sou

licenciada em administração de banco e finança. Então, eu estudei muito para não lavar vaso de ninguém. Inclusive eu tinha alguém (na Venezuela) pra eu não precisar fazer. E chegar aqui e lavar o vaso de alguém foi um impacto psicológico muito grande. Porque é algo normal, mas pra mim era muito duro ter esse início aqui, me entende? porque aqui não tem nenhum tipo de validade meu certificado, nada” (Olga)

José também contou da impossibilidade de ter sua trajetória profissional reconhecida e validada no Brasil. Ele atuava, na Venezuela, na área de Direitos Humanos e contava com mais de 10 anos de experiência. Porém, no Brasil, ao fazer tentativas de validação de seu diploma, deparou-se, reiteradamente, com negativas por parte do Estado brasileiro em reconhecê-lo e validá-lo. José denuncia, em sua narrativa, não só a recusa em ter sua experiência profissional validada, mas a violência de ter sua história e condição de sujeito repetidamente desmentida.

“Eu tenho 43 anos, moça, 10 anos trabalhando na área social, em Direitos Humanos. Você acredita que esses 10 anos não são válidos aqui pro Brasil? É Direitos Humanos, é o mesmo jeito. Os Direitos Humanos são iguais em todas as partes do mundo. Mas ele, no SINE, fala ‘não, você não tem experiência em carteira assinada’. Mas tem experiência de vida, cara. Eu trouxe da Venezuela, eu trouxe título universitário da faculdade, 5 anos de estudos, estudos de pós-graduação na Venezuela em matéria de Direitos Humanos, cursos feitos pela embaixada de EUA lá nos EUA. Estudos até o sexto semestre na Argentina., que eu tenho um estudo de informática na Argentina. Mas para ele, isso não é uma experiência, entendeu? Então você tem que começar como novo aqui. Imagina que a gente pra aprend... porque a gente sabia que tinha dificuldade pra falar. A gente entrou num programa EJA, que é um programa de estudos para adultos e não sei o que, não sei o que do governo. E aí a gente fez todo a preparação do primeiro ano até o quarto ano, como se fosse uma criança. Depois entramos num outro processo pra fazer, ah porque a gente apresentou aquela prova né, onde você consegue avançar um pouco mais pra frente, e a gente completou, lá falaria assim, a educação primária. A gente

conseguiu essa conquista, em 1 ano conseguimos fazer isso. Aí depois passamos pro outro nível, que pra vocês é o ensino médio. Aí começamos a fazer o ensino médio. Mas então a gente ficou... ‘mas por que vou fazer o ensino médio? vou começar o estudo tudo de novo? tem que ter um jeito pra avançar’” (José)

O “menosprezo” nomeado por Olga, e também vivenciado por José, revelou os diferentes matizes de violência do outro dirigidas a eles. Ao demandar reconhecimento não só de seu percurso profissional, mas, também, da existência de uma história própria no país de origem que abarcava perdas e rupturas, Olga marcava o necessário reconhecimento da condição de vulnerabilidade na qual se encontrava. Gondar (2012) destaca que o reconhecimento da vulnerabilidade é o que possibilita ao sujeito um potencial transformador. Segundo a autora, para que haja a construção de um laço social, é fundamental reconhecer a precariedade que existe em cada um, uma vez que, justamente em função disto, há a necessidade de ligar-se aos demais. A fala de Olga remetia ao básico da vivência de um ser humano que não deveria, sob hipótese nenhuma, precisar ser demandado, desvelando um pedido de reconhecimento, essencialmente, à sua condição de ser e existir enquanto sujeito.

“A gente é um ser humano igual que o outro. Mas tem um pouco de compreensão que a gente deixa a vida atrás, deixa a família, deixa amigos, deixa praticamente tudo que você construiu (...) . É colocar-se, por um segundo, no lugar da gente. Se você passasse por uma situação igual, se você vai em outro país, com certeza você não gostaria de ser tratado assim” (Olga).

Olga também ilustrou, em sua narrativa, o que Macedo e Kupermann (2020) problematizam acerca dos estereótipos atribuídos aos estrangeiros, destacando o quanto estes “fomentam rechaço, hostilidade e indiferença” (p. 100). Os autores abordam o impacto da indiferença com a qual os sujeitos se deparam, revelando a deslegitimação do que caracterizaria a narrativa como um testemunho. Na esteira do campo da indiferença, pode-se pensar que esta se revela em uma cruel tentativa de apagamento da diferença que o outro representa (Moraes &

Macedo, 2011) e que, no cenário da migração, traduz-se, por vezes, na tentativa do real apagamento do sujeito. As diferentes cenas nas quais são alvos da indiferença do outro são narradas pelos participantes, revelando o descaso em relação à consideração às suas histórias, o não reconhecimento da dor presente e, sobretudo, a indiferença em relação às suas condições de sujeitos.

Embora conseguissem denunciar e nomear as vivências de violência, preconceito e maltrato no encontro com o outro, os sujeitos ainda revelavam a incredulidade em relação a tamanha crueldade dirigida a eles. A pergunta de Ferenczi (1929/2011, p. 57) no texto *Criança mal acolhida e sua pulsão de morte* (“Mas por que foi, então, que me trouxeram ao mundo, se não estavam dispostos a acolher-me carinhosamente?”) pode ser aproximada à perspectiva da migração, questionando *por que foi, então, que abriram as fronteiras, com uma aparente política migratória, se não estavam dispostos a acolher, efetivamente, quem entrava por elas?*. Tal questionamento lança luz sobre o outro na cena, na medida em que se precisa considerar a responsabilidade, também, do sujeito que acolhe.

A narrativa de José, sempre atrelada a questões políticas, econômicas e sociais tanto da Venezuela quanto do Brasil, denuncia o despreparo do governo brasileiro ao receber a população migrante. Como sempre esteve envolvido em questões políticas na Venezuela, ao chegar ao Brasil também assumiu postos de liderança frente aos venezuelanos, fundando uma associação para representá-los. José contou das reuniões que realizou com a Secretaria de Estado, com o Ministério do Trabalho e com o Ministério da Educação, com o intuito de efetivar e garantir acesso à direitos que estão, teoricamente, previstos.

“Então, nesse processo onde a gente foi encontrando obstáculos pra se registrar, pra cadastrar o CPF, pra cadastrar, pra pedir a carteira de trabalho... (...) Além disso, quando você vai no SINE estadual, SINE municipal, ele fala ‘moço, a vaga que eu tenho aqui é pra pessoas que tem 6 meses de experiência cadastrada em carteira’. Como fica você quando você

vem chegando do estrangeiro? (...) Então tivemos uma reunião no Ministério do Trabalho, tivemos uma reunião no Ministério da Educação e a gente concordou em algumas coisas. O Ministério do Trabalho não fez nada, NADA pelos migrantes” (José)

José deparou-se não só com inúmeros obstáculos relativos ao acesso à documentação e trabalho, como também impedimentos em relação a ter um *direito humano* garantido. Assim, além da impossibilidade de concorrerem a um emprego, visto não terem suas experiências profissionais reconhecidas e legitimadas, os sujeitos se viam tendo que demandar o básico em relação a seu direito de *ser*.

“Imagine a mentalidade de a pessoa que não conhece o tema dos Direitos Humanos, que eu he escutado muitos brasileiros falar ‘você não tem que reclamar Direitos Humanos aqui porque esse não é o país de vocês’. E aí a gente fala assim ‘a gente é ser humano, igual que vocês, a gente, em qualquer parte do mundo, a gente tem os mesmos direitos humanos que vocês têm. Independentemente da nacionalidade, da raça, da língua, da crença religiosa ou política” (José).

A fala de José sobre não ter minimamente garantido um direito que deveria ser humano, remete à consideração acerca da expressão “narcisismo das pequenas diferenças”. Ao problematizar tal proposição freudiana, Canavêz e Vertzman (2021) destacam que este conceito se apresenta em relação a povos com sutis diferenças, mas que, no entanto, reconhecem-se mutuamente. O questionamento que surge, a partir desta ideia, no campo da migração, é se seria também um narcisismo das *pequenas* diferenças ou se os sujeitos são reconhecidos como outra coisa que *não humanos*? As diferentes manifestações de rechaço ao semelhante/diferente parecem destacar que “não se trata de pequenas diferenças, mas sim de negação radical da alteridade” (Canavêz & Vertzman, 2021, p. 14). Nesse sentido, entende-se que o rechaço à diferença é o que provoca o ruído que impossibilita o necessário encadeamento entre

testemunho narrativo e endereçamento alteritário, e cuja impossibilidade de inserção no laço social, promoveria, então, exclusão e violência.

Osmo e Kupermann (2012), ao refletirem sobre o tema da hospitalidade, recuperam em Derrida a questão da *tradução*, destacando a necessária função do tradutor nesta acolhida. Na aproximação com o proposto pelo autor, entende-se que há uma demanda, por parte dos sujeitos migrantes, de uma necessária tradução que coloca o tradutor diante de seu próprio narcisismo, obrigando-o à uma renúncia para que haja uma abertura ao semelhante/diferente e uma efetiva acolhida. As narrativas revelaram, contudo, que essa abertura alteritária fica narcisicamente impedida, na medida em que os autóctones realizam um movimento de ataque ao diferente, em uma tentativa fracassada de preservarem suas frágeis identidades. Cardoso e Herzog (2018) destacam que há um risco de segregação, justamente nesse processo de (não) acolhimento, na medida em que o reconhecimento da diferença é tomado como uma ameaça à identidade do sujeito. O semelhante/diferente visto, então, de uma maneira preconceituosa, acaba por ser apartado dos demais sob a alegação de preservar identidades tão frágeis.

Ao chegar ao Brasil e se ver impedida de exercer sua profissão, Olga narrou cenas nas quais escutava afirmações que revelavam uma escuta, por parte do outro, marcadamente narcísica. Na medida em que ela podia falar das “coisas boas” que a Venezuela tem, os questionamentos de “se era tão bom, por que saiu de lá?” revelavam falas de que ela deveria, por ser venezuelana, aceitar e “contentar-se” com o que lhe estava sendo ofertado no Brasil. As falas narradas por ela revelavam a impossibilidade do outro de poder entender a dor de ter saído do país e, ao mesmo tempo, poder reconhecer nele o valor existente.

“A maioria das pessoas fala ‘não, mas que os venezuelanos tão bem, se viram’. Certamente. Hay muitos que trabalham em áreas que não correspondem a lugar que a gente estuda, porque a maioria, quase todos, são profissionais. Mas você tem que aceitar iniciar debaixo de zero, e

se você não aceita você já é marcado como uma pessoa que não quer trabalhar, sabe? Então é complicado tudo isso” (Olga)

Os participantes dão testemunho da impossibilidade de terem suas narrativas acolhidas em um endereçamento alteritário que efetivamente legitime o experienciado. Para Ferenczi (1931/2011), após o choque inicial, o que efetivamente conferiria o caráter traumático à experiência seria a ação do *desmentido*. Ou seja, o descrédito acerca do acontecimento e, principalmente, da percepção do sujeito por meio da “afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento” (p. 91). Nesse sentido, a dinâmica do campo intersubjetivo ganha destaque, visto que o endereçamento e a reação do outro, diante da narrativa do sujeito, apontam para os efeitos relativos à qualidade do encontro experienciado no campo alteritário.

O endereçamento alteritário apresenta-se, então, como esta demanda de abertura à possibilidade de instauração do que Gondar (2012) nomeia como “o avesso do desmentido”. O *reconhecimento* da violência experienciada tanto no país de origem, das marcas em suas próprias histórias e da repetição destas vivências no país de destino, possibilitaria, ao sujeito migrante, ter sua condição de vulnerabilidade validada. Assim, o reconhecimento da vulnerabilidade em uma relação alteritária lança luz não à atribuição de uma falha ao sujeito vulnerável, mas sim à convocação da responsabilidade do outro nessa cena.

A impossibilidade de reconhecimento da condição de vulnerabilidade dos sujeitos pode ser aproximada às práticas de desmentido social (Canavêz & Vertzman, 2021), nas quais “o sujeito é subtraído violentamente não de conteúdos mentais, mas de processos de reconhecimento de si” (p. 7). Em uma cultura que reproduz um desmentido social, a subjetivação dos sujeitos a partir desta marca é evidente. Emanuel testemunha a impossibilidade de poder reconhecer o preconceito sofrido, tendo em vista que desmente sua própria percepção ao dizer que “não tem racismo”, em uma repetição da clara tentativa de preservar o mínimo do

que lhe restou. Como seria poder integrar sua percepção de que Haiti e Brasil têm mais semelhanças do que ele gostaria de admitir?

“Porque... não sabe pra todo haitiano, por mim, aqui em Porto Alegre, não tem pessoa que faz racismo por mim. Mato Grosso tem muita racista. Se você assenta na cadeira ali no ônibus, Mato Grosso eles vão ver a cadeira, outro haitiano, eu assento aqui, não tem brasileiro que vem assentar (ao lado). Não... aí mais fácil (em Porto Alegre), se pode, se assentou cadeira aqui, se assentou aí, tem brasileiro que chega e senta aí (ele ia mostrando na cadeira ao lado como era). Mato Grosso não. Tem mais racismo em Mato Grosso. Aqui não sabe se tem racismo. Porque não tem brasileiro que... eu tem 3 anos que moro aqui, não tem brasileiro que faz racismo comigo. Entendeu?” (Emanuel)

José ilustrou a ação do desmentido, na medida em que, quem deveria oferecer condições mínimas de reconhecimento e garantias ao sujeito (o governo), promovia, ao contrário, ações que deslegitimavam o experienciado.

“Aconteceu a primeira vez porque a gente, ela ficou grávida, né, e aí... ela teve um aborto... é... como é que fala... natural?. Espontâneo. Os médicos falavam ‘porque você abortou, porque fez isso, porque não sei o que, porque não sei o que’. Sem ainda haver feito o diagnóstico dela. Sem ainda haver feito os exames médicos. Entendeu? (...) Aí falou ‘vocês são os migrantes, não sei o que, não sei o que’. Triste, moça, triste... você sabe que mais triste ainda que a gente foi... a gente, tipo assim, aconteceu isso e a gente começou a procurar os espaços políticos, públicos, de qualquer jeito, pra fazer a denúncia do que tava acontecendo, do maltrato e todo isso. Você sabe o que falou a defensoria da mulher? que esse aí não era caso deles. Que ninguém tava violentando os direitos de ninguém. Sabe o que falou a comunidade médica do hospital onde a gente tava? que a gente tava errado, que ninguém falou desse jeito, que os médicos são os melhores do mundo, que ‘a gente não faz isso porque sabe quais são os direitos humanos’. Triste, moça” (José).

É evidente o ruído que impede o encadeamento do testemunho narrativo a um endereçamento alteritário, promovendo, dessa forma, não só a impossibilidade de inserção do sujeito no laço social, mas sobretudo práticas que visam à dessubjetivação.

Em um cenário que repete situações de violência, escancarando a problemática do árduo desencontro no campo alteritário, fica evidente o caráter de experiências excessivas, diante das quais o sujeito reatualiza uma condição de desamparo, permanecendo em uma posição na qual se vê diante da reprodução de violências. Birman (2012), ao propor reflexões acerca das transformações, na contemporaneidade, em relação aos processos de subjetivação marcados pelo desamparo, ressalta o risco de instaurar-se o *desalento*. O autor destaca que o desalento traz em seu bojo, como marca da dor, a impossibilidade de que haja um outro no horizonte, restringindo o sujeito de uma experiência que abarque a dimensão alteritária (Birman, 2012).

A proposta de *endereçamento alteritário* aponta, portanto, na relação com o outro, para o enlace com o necessário reconhecimento da precariedade do sujeito, na medida em que se há o reconhecimento, ou seja, se há “um outro no horizonte”, o que está em jogo seria uma dimensão de desamparo. No entanto, quando a dimensão alteritária não está presente, o sujeito aproxima-se do risco ao desalento. O risco, aqui, à instauração do desalento, se dá na medida em que o desamparo é não só incrementado, mas desmentido, evidenciando o fracasso no endereçamento alteritário.

A antropóloga italiana, Chiara Pusseti (2017), cujo trabalho com migrantes e refugiados ganha destaque em Portugal, faz um alerta de que, ao lançar luz sobre as questões sintomatológicas e psicopatológicas dos sujeitos migrantes e/ou refugiados, a tentativa é de acobertar, justamente, as problemáticas políticas, econômicas e sociais envolvidas na produção de sofrimento desses sujeitos. Assim, não se trata nem de destacar o coletivo em detrimento do subjetivo, tampouco de enfatizar o sofrimento psíquico em detrimento do sujeito nesta cena. A

narrativa de Olga ilustra os efeitos produzidos, no coletivo e subjetivo, pela precarização do país.

“É o que eu tô falando, não é ter compaixão da gente, mas sim entender a gente. O porquê a gente saiu. Porque muita gente fala ‘Mas, se a Venezuela é tão linda, é tão boa, por que você tá aqui?’ Porque gente pergunta isso, quando você fala assim, por exemplo, eu falei, ‘no, no meu estado fica a cachoeira maior do mundo. Do mundo. Ni si quiera do país, do mundo’. ‘Ai, por que você não ficou lá?’. Eu não fiquei lá porque eu não tenho comida, não tem medicina, não tem trabalho, não tem seguridade para o meu filho. Por isso eu não tô lá, mas meu coração tá lá, meu corpo tá aqui, entenda isso, por favor” (Olga)

Quando conta, orgulhosamente, que seu estado tem a “cachoeira maior do mundo”, recebe ataques narcísicos que demonstram a incapacidade do outro em reconhecer o valor ao que ela atribui como valioso para si. Todavia, Olga mostra a capacidade de se revoltar contra a violência presente. A tentativa que aparece é de encerrá-la em uma condição de vítima (“tadinha”), contra a qual ela firmemente se opõe.

“Então sempre assim ter esse tipo de pergunta que eles fazem para a gente, então isso é como para demonstrar que nós não somos tadinhas, porque não somos. Eu não me considero uma pessoa tadinha. Odeio quando falam ‘ai, tadinha, deixou tudo’. No. Eu deixei todo por decisión própria, no porque ninguém me obrigou. Então eu não sou tadinha porque nadié me obrigou a fazer o que eu fiz. Mas, compreensão, só uma compreensão que você entenda que a gente tem uma bagagem grandão atrás. Então trate de no falar, e se você não consegue falar de uma maneira educada, melhor não fale” (Olga)

Também em relação às práticas que visam à dessubjetivação dos sujeitos migrantes, José narrou momentos nos quais o outro apresenta concepções *a priori* do que “um migrante precisa”, ofertando, a partir disso, “soluções” e “ajudas” que, na verdade, repetem uma não escuta e a desconsideração do próprio sujeito.

“Vou falar duas coisas. a primeira: o mais triste de... deste negócio, moça, é que as pessoas do governo, estou falando, vou falar... sin... como fala na Venezuela... ‘sin pelos en la lengua’. Tem pessoas do DEAS, da Secretaria de Estado, que eles, quando falam com vocês, acreditam que você é uma pessoa... que necessita, sabe? Doente, que precisa... que eles têm o poder para ajudar. Vem a pessoa com lástima, sabe? E isso é triste. a gente tem conhecimento, entendeu? (...) Todo governo, todo político faz do mesmo jeito. Eles acreditam que as pessoas precisam comida. (José).

A repetição se apresenta, então, no fracasso de endereçamento alteritário ao promover um corte entre autoconservação da vida e autopreservação do Eu (Bleichmar, 2014), deixando o sujeito com o estritamente necessário à manutenção da vida e privado de possibilidades no campo identificatório. As formas de “acolhida”, portanto, na desconsideração ao que sujeito pode nomear como necessário em seu processo de acolhimento, não ofertam a possibilidade de palavra própria, e legitimam apenas o aspecto autoconservativo, reduzindo-os a uma visão biologicista.

A consideração de que os sujeitos migrantes são “doentes”, como referido por José, vai ao encontro da proposta de diferentes autores (Santinho, 2013; Pusetti, 2017), cujos trabalhos com as temáticas da migração e do refúgio visam a problematizar tal nomeação e suas nefastas formas de intervenção junto a estas pessoas. Ressalta-se que a forma de reconhecimento da vulnerabilidade não precisaria levar à imposição de uma identidade vitimizada ao sujeito, fomentando parâmetros patologizantes e intervenções nesse sentido (Canavêz, 2015). Ao contrário, o reconhecimento da vulnerabilidade poderia incrementar práticas de cuidado, atenção e responsabilização diante destas populações. Olga reafirma sua condição de sujeito ao indignar-se contra nomeações de “tadinha” e revela a potência de poder acreditar em um devir.

“Mas algum dia vai dar certo. Eu tenho esperança, tenho fé de que o dia da manhã eu vou viver somente de meus doces, sabe? Eu vou ter meu negócio. Eu quero meu futuro, minha

perspectiva de vida é colocar uma loja só de sobremesa. Sobremesa brasileira com um toque venezuelano. (...) Isso é o que eu... vejo em cinco anos a minha loja ótima, já trabalhando de boa, com meus filhos todo dia num local, sem ter ninguém olhando meus filhos feio, sabe? Porque eu sou um filho da dona e, também eu posso compartilhar o tempo todo com eles, que não tenha que dividir, ou esquecer de que tenho filhos para poder sobreviver. Não quero isso. Eu não quero que o dia da manhã meus filhos digam 'ah minha mãe se dedicou, minha mãe nos deu tudo. Mas nunca tuvo com a gente'. Eu não quero isso. Eu quero ter meus filhos falem amanhã 'a gente passou necessidade sim, mas minha mãe sempre tuvo com a gente', que é muito diferente, sabe?" (Olga)

As condições de acolhida no novo território “podem vir a inaugurar novas modalidades de laços sociais ou a reproduzir, cruelmente, as dramáticas condições que motivaram os deslocamentos empreendidos” (Macedo, Rosa & Felin, 2020, p. 386). Afirma-se, portanto, que a condição para a instauração de um endereçamento alteritário está alicerçada na disponibilidade de uma escuta que possa, efetivamente, reconhecer e legitimar o testemunho narrativo do sujeito. A marca da diferença, nesse sentido, seria a possibilidade de abertura para um devir que quebrasse com a repetição de situações de maltrato e violência.

Destarte, a possibilidade de construção de um devir também diz respeito a experiências intersubjetivas que propiciaram um encontro com o outro no qual foi possível experienciar-se como um sujeito em potencial. A experiência no campo alteritário revela um outro disponível à escuta e que pode reconhecer, no sujeito, uma potencialidade de transformação. Acredita-se que a entrevista, alicerçada no método psicanalítico de investigação, tem essa função de “tempo e escuta”, na qual o pesquisador pode ofertar-se, como escuta, ao endereçamento do sujeito. Percebeu-se, ao longo das entrevistas, que os sujeitos puderam ir nomeando a integrando vivências que antes pareciam ficar separadas. Assim, entende-se que há um resgate ao caráter ativo de denúncia e testemunho do efetivamente vivido em relação ao que levou os sujeitos a

deixarem seus países. O intuito é de que a entrevista possa oferecer-se como marca da diferença na reprodução incessante de cenas de violência. Marieta, ao encerrar a entrevista, revelou a importância de ter um espaço e um tempo próprios, mas de maneira acompanhada.

“Eu me sente muito bem. Eu abro muito bem... as coisas que eu não gostei, que eu gostei. Eu que agradeço porque nós não... se cada pessoa que você dá tempo, tu tem mais coisas pra fazer, tu tem consulta pra fazer, mas aí tu deixa tempo comigo” (Marieta).

A narrativa de Marieta remete ao valor do tempo que lhe foi ofertado. Tempo de narrativa, de escuta e de reconhecer a importância da reciprocidade no laço social. Como afirma Bleichmar (2008), “a solidariedade não é somente dar a outro o que sobra a um: a solidariedade é poder privar-se de algo de si mesmo, e aqui não me refiro somente a dinheiro ou objetos, mas a tempo e capacidade de escuta” (p. 139). O que surpreende e inquieta é que perdure importante confusão, principalmente no predomínio social da indiferença, ofertada “caridosamente” ao “estrangeiro”.

A fim de finalizar a reflexão empreendida nestes dois eixos de problematizações acerca do *testemunho narrativo* e do *endereçamento alteritário*, afirma-se a importância da qualidade de experiências intersubjetivas frente a condições inegáveis de vulnerabilidade e precariedades psíquicas e sociais. Recupera-se, desde Freud, o valor atribuído à palavra própria e de um espaço alteritário no qual ela possa ser acolhida. A construção de uma narrativa de si, cuja contraparte diz respeito ao endereçamento a outrem configuraria, assim, caráter testemunhal ao experienciado e sua legitimação.

Diante dos excessos experienciados no campo intersubjetivo, no qual repetiram-se cenas de dessubjetivação, há a necessidade de um trabalho de reconstrução e reparação psíquicos. É inegável a responsabilidade que tal condição demanda ao outro. Como afirma Conte (2014), “o sujeito se (re)constitui e se modifica, o que nos mostra que essa possibilidade de recomposição psíquica está em aberto, da mesma forma que o aparelho psíquico é um aparelho aberto ao outro

e aos acontecimentos” (p. 90). Afirma-se, assim, a potência de possibilidade quanto ao devir quando, nesse cenário, são fomentadas condições de acolhimento ao semelhante-desselelhante e reconhecido, para todos, o direito à existência.

5. Considerações Finais

Durante as entrevistas realizadas, deu-se uma escuta de forma livre, porém, com questões de pesquisa norteadoras que ajudaram tanto nas reflexões propostas durante as entrevistas quanto no posterior trabalho com os dados. Tomou-se como ponto de partida os testemunhos narrativos dos participantes, com intuito de explorar elementos próprios às suas experiências migratórias a fim de, posteriormente, realizar um trabalho ancorado em aportes da psicanálise e de disciplinas que têm contribuído para a abordagem de temas relativos às diásporas contemporâneas.

Sem dúvida, a fundamental experiência para todo o percorrido descrito nesta Dissertação se deu nos encontros com os participantes da pesquisa. Temáticas relativas às perdas, rupturas, vulnerabilidades, precariedades e violência experienciadas ao longo de suas histórias no encontro com o outro surgiram no espaço da escuta, narradas em primeira pessoa e desvelando a dramaticidade das vidas que vivem, e é escamoteada na marginalização destas pessoas. Excluídas do laço social, ficam condenadas à invisibilidade e silenciadas sobre o impacto da indiferença no campo alteritário. Assim, foi possível identificar elementos que permitiram problematizar o processo de construção de uma narrativa de si, identificando obstáculos e recursos que contribuíram, ao longo de seus singulares processos de deslocamento, para mitigar e/ou incrementar a vulnerabilidade presente.

Destaca-se a condição da própria investigação no sentido de fomentar um recurso de enfrentamento às experiências de indiferença, ao oferecer um espaço de fala e escuta ao sujeito migrante, bem como denunciar hiatos existentes nas práticas de acolhimento que lhes são

dirigidas. Logo, as temáticas destacadas por meio da escuta do material derivado das entrevistas, e trabalhadas com aportes teóricos da psicanálise, possibilitaram acessar os elementos presentes nas narrativas dos participantes, sublinhando o caráter coletivo presente, mas resguardando as singularidades que lhes são próprias.

Tornou-se evidente, na fala dos participantes, diferentes formas de desilusões e rupturas provocadas no deslocamento em busca de novo projeto de vida para si, em função da urgência de ter que sair de sua terra natal. A expectativa de inserção no laço social e de obter um trabalho que lhes permitissem alcançar melhores condições de vida para si, e ajudar aqueles que ficaram na pátria deixada para trás, é um tema comum entre os entrevistados.

Frente às reais condições do país que os acolhe, deparam-se com importantes obstáculos que contrastam com o reconhecimento do que buscam em novas terras. Assim, a saída migratória, cujo caráter de busca marca a atividade do “movimento” empreendido pelo sujeito, acaba por fragilizar-se frente à reatualizações de dificuldades e conflituosas presentes na própria história, bem como nas repetições de violência que instauraram a vulnerabilidade da qual eles tentaram sair.

A demanda na chegada ao Brasil era de que pudessem ser reconhecidos em sua vulnerabilidade, recebendo um acolhimento que, efetivamente, legitimasse o experienciado e ofertasse condições de inserção no laço social. No contraponto à indiferença, esperavam laços solidários. Porém, a oferta, muitas vezes, é de “acolhimentos” marcados por matizes de violência, via discursos patologizantes que promovem, ao contrário, práticas de dessubjetivação e desmentem a legitimidade de seus testemunhos narrativos. Nessa direção, são as fraturas na condição do outro em acolher o que é próprio ao endereçamento alteritário que acaba por restringi-los às demandas autoconservativas, ou à uma condição vitimizada. Ao invés de promover laços, o que é incrementado são marcas de desesperança e desalento.

A fala de Olga, ao final da entrevista, testemunha a marca de um silenciamento provocado pela repetição de ser encerrada em uma condição de “doente”. Ao receber o convite de outro participante para aderir à pesquisa, em um primeiro momento não queria participar, pois tinha receio de que, de novo, dissessem que ela “tem problemas emocionais”. Ou seja, sua fala mostra o quanto foi, reiteradamente, encerrada em nomeações patologizantes, as quais resultaram em formas de intervenções norteadas pela indiferença.

Evidenciou-se, ao longo das repetidas escutas do material coletado, possibilidades de criação e transformação no universo de seus investimentos. Porém, é inegável a importância não só dos recursos próprios ao sujeito, como também a força das condições intersubjetivas. A complexidade envolvida no estudo desta temática, portanto, mostrou-se incontornável, sendo que a proposta deste ensaio, nesse sentido, não foi de esgotar o material coletado. Mas, sobretudo, a partir da escuta das narrativas, foi possível propor reflexões acerca da temática dos deslocamentos humanos e, reconhecendo sua complexidade, seguir produzindo interrogantes.

A escuta na pesquisa desvela o caráter investigativo da psicanálise, marcando diferenças em relação à escuta clínica, na medida em que a proposta não é trabalhar as questões do sujeito que aparecem. Todavia, aproxima-se à oferta de um espaço potencial de um devir. Embora o tema das migrações possa parecer distante do campo de experiência da maior parte das pessoas, as etapas que constituíram este estudo contribuíram sobremaneira para realizar uma aproximação à história dos países, desvelando a importância de se conhecer, também, processos culturais que têm impacto inegável sob o sujeito migrante. Assim, destaca-se a relevância de que a problematização das diásporas possa considerá-las a partir de influências geradas no cenário social, político e econômico contemporâneos, no qual a precarização das vidas não obtém a mesma atenção destinada ao capital econômico. Inegavelmente, as tanáticas condições das práticas de indiferença, tão difundidas na contemporaneidade, no que se refere ao

desmentido que a diferença que o outro representa encontra, na população migrante, um alvo privilegiado.

Por fim, a escuta dos participantes, assim como todo percurso de Mestrado, possibilitou muito mais do que encerrar as investigações acerca desta temática, reconhecer a complexidade presente no humano e a amplitude de contribuições da psicanálise em seu estudo, problematização e intervenção. A psicanálise afirma-se, assim, como uma importante chave de leitura das manifestações no campo social, sobremaneira das relações humanas, contribuindo na denúncia daquilo que fica escamoteado e na proposta de ações que possam mitigar práticas de violência e dessubjetivação, ao fomentar o reconhecimento à condição de semelhante do outro. Considerando-se a relevância de trocas interdisciplinares, a psicanálise tem muito a contribuir e, também, a ganhar ao inserir-se em debates com outros campos do saber. Assim como Freud nunca esteve à margem das discussões presentes no laço social em sua época, notadamente em seus textos relativos à análise dos fenômenos da cultura, a psicanálise não pode, hoje, esquivar-se ao debate político que se faz inadiável diante de tantos testemunhos de violência e precarização dos sujeitos. Imbuída do espírito freudiano de investigação, as marcas deixadas pelo percurso de Mestrado apontam para a incompletude do saber que impulsiona, justamente, a necessidade de seguir produzindo conhecimento e reflexões, mas, principalmente, interrogações acerca dos fenômenos contemporâneos.

Referências

- Achotegui, J. (2012). Emigrar hoy en situaciones extremas. El síndrome de Ulises. *Aloma*, 30(2), 79-86. Recuperado de <http://www.revistaaloma.net/index.php/aloma/article/view/171>
- Achotegui, J. (2017). El síndrome del inmigrante con estrés crónico y múltiple (síndrome de Ulises), *Revista de Menorca*, 96, 103-111. Recuperado de <https://www.raco.cat/index.php/RdM/article/view/339995>
- ACNUR. (2019). *Global Trends: forced displacement in 2018*. Geneva. Recuperado de https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf#_ga=2.1790961.151162122.1572821538-68650483.1572821538
- ACNUR. (2020). *A economia de Roraima e o fluxo venezuelano [recurso eletrônico]: evidências e subsídios para políticas públicas*. Fundação Getulio Vargas, Diretoria de Análise de Políticas Públicas. Rio de Janeiro: FGV DAPP. Recuperado de <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/01/Economia-de-Roraima-e-o-Fluxo-Venezuelano--30-01-2020-v2.pdf>
- Antonello, D. F. (2020). *Trauma, memória e figurabilidade na literatura de testemunho*. Curitiba: Appris
- Antonello, D. F., & Gondar, J. (2014). E quando não há fios lógicos?. *Cadernos de psicanálise (Rio de Janeiro)*, 36(30), 89-112.
- Bastos, S. R., Rameh, L. M. & Bitelli, F. M. (2016). O conceito de hospitalidade de Jacques Derrida nos artigos científicos do Portal de Periódicos da Capes. *Anais XIII Seminário ANPTUR*, 13, 1-13.
- Birman, J. (2012). *O sujeito na contemporaneidade espaço, dor e desalento na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Birman, J. (2014). Drogas, performance e psiquiatrização na contemporaneidade. *Ágora*, 17, n. spe., 23-37. Disponível em
- Bleichmar, S. (2005). *Clínica psicoanalítica ante das catástrofes sociales: la experiecia argentina*. Buenos Aires: Paidós.
- Bleichmar, S. (2008). *Violencia social-violencia escolar: de la puesta de límites a la construcción de legalidades*. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico.
- Bleichmar, S. (2014). *Las teorías sexuales en psicoanálisis: qué permanece de ellas en la práctica actual*. Buenos Aires: Paidós.
- Brunnet, A., Weber, J., Bolaséll, L., Cargnelutti, E., Kristensen, C., & Pizzinato, A. (2019). Acculturation, anxiety and depression among Haitian immigrants in southern Brazil. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 20(2), 491-502.
- Canavêz, F. & Vertzman, J. S. (2021). Somos capazes de escutar os desmentidos sociais? *Ayvu: Revista de Psicologia*, 08, 1-21.
- Canavêz, F. (2015). O trauma em tempos de vítimas. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 18(1), 39-50.
- Cardoso, M. R. & Herzog, R. (2018). Diferença e segregação: uma introdução. In M. R. Cardoso & R. Herzog (Orgs.). *Diferença e Segregação*, (pp 7-14). Curitiba: Appris.
- Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M. (2020) Imigração e Refúgio no Brasil. *Relatório Anual 2020. Série Migrações*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra
- Cavalcanti, L; Oliveira, T; Macêdo, M & Pereda, L. (2019). Resumo Executivo – Imigração e Refúgio no Brasil. *A inserção do imigrante, solicitante de refúgio e refugiado no mercado de trabalho formal*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da

- Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra. Recuperado de <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes-obmigra/RESUMO%20EXECUTIVO%20%202019.pdf>
- Cipriano, A. (2021). Revalidação de diplomas é um dos pilares para independência financeira de refugiados. *Site ACNUR*. <https://www.acnur.org/portugues/2021/07/01/revalidacao-de-diplomas-e-um-dos-pilares-para-independencia-financeira-de-refugiados/>
- Conte, B. S. (2014). Testemunho: reparação do trauma é possível? In Sigmund Freud Associação Psicanalítica (coedição). *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*, (pp. 83-94). Porto Alegre: Criação Humana.
- Costa, M. M. M.; Reusch, P. T. (2016). Migrações internacionais (Soberania, Direitos Humanos e Cidadania). *Passagens - Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, 8(2), 275-292.
- Dal Forno, C., & Macedo, M. M. K. (2021). Pesquisa Psicanalítica: da transferência com a Psicanálise à produção do Ensaio Metapsicológico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 37, 1-10.
- Dal Forno, C., Canabarro, R. C. S. & Macedo, M. M. K. (2020). O Trabalho como Potencialidade Subjetiva na Experiência Migratória. *Estudos & Pesquisas em Psicologia*, 20(1), 309-329.
- Dal Forno, C., Canabarro, R. C. S. & Macedo, M. M. K. (2021). (Des)Subjetivação, Migração e Refúgio: Reflexões Psicanalíticas. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica [online]*, 24(1), 10-18.
- Derrida, J. (2000). Hospitality. *Angelaki: Journal of Theoretical Humanities*, 5(3), 3-18.
- Derrida, J. (2003). Questão do estrangeiro: vinda do estrangeiro. In J. Derrida, & A. Dufoumantelle, *Anne Dufoumantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. São Paulo, SP: Escuta.

- Dockhorn, C. N. B. F. (2016). A psicanálise na universidade: desafios ao fazer do psicanalista. *Sig Revista de Psicanálise*, 7(2), 103-113.
- Dunker, C. I. L. (2011). *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: Uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*. São Paulo: Annablume.
- Espinoza, C. S., Guizardi, M. L., & Torralbo, H. G. (2018). La construcción política de la frontera. Entre los discursos nacionalistas y la “producción” de trabajadores precários. *Polis (Santiago)*, 15(51), 137-162.
- Ferenczi, S. (1929/2011). A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. In A. Cabral (Trad.), *Obras Completas Psicanálise IV* (pp. 55-60). São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (1931/2011). Análises de crianças com adultos. In A. Cabral (Trad.), *Obras Completas Psicanálise IV*, (pp. 79-95). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Fortes, I., & Macedo, M. M. K. (2018). Quem é o psicanalista pesquisador? Questões cruciais sobre o método psicanalítico de pesquisa. In L. Fulgencio, J. Birman, D. Kupermann, & E. L. Cunha (Orgs.). *Modalidades de Pesquisa em Psicanálise: Métodos e Objetivos*, (pp. 106-122). São Paulo: Zagodoni.
- Freier, F., & Parent, N. (2018). A South American Migration Crisis: Venezuelan outflows test neighbors' hospitality, *The online journal of the Migration Policy Institute*. Recuperado de <https://www.migrationpolicy.org/article/south-american-migration-crisis-venezuelan-outflows-test-neighbors-hospitality>
- Freud, S. (1895/1996). Projeto para uma psicologia científica. In J. Strachey (Org. & Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud – Volume I*, (pp. 335-454). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1917[1915]/2010). Luto e melancolia. In P. C. Souza (Trad.) *Obras Completas*. Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos, (pp. 170-194). São Paulo: Companhia das Letras.

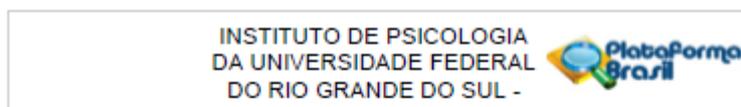
- Freud, S. (1920/2010). Além do princípio do prazer. In P. C. Souza (Trad.), *História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”)*, *Além do princípio do prazer e outros textos*, (pp. 161-239). São Paulo: Companhia das Letras.
- Gondar, J. (2012). Ferenczi como pensador político. *Cadernos de Psicanálise*, 34(27), 193-210.
- Grigorieff, A., & Macedo, M. M. K. (2018). Singulares deslocamentos na experiência psíquica de migrar. *Psicologia Clínica*, 30(3), 471-492.
- Hornstein, L. (2010). *Intersubjetividad y clínica*. Buenos Aires: Paidós.
- Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica?. *Ágora*, VI(1), 115-138.
- Kegler, P., & Macedo, M. M. K. (2016). Narrativas do excesso: a potencialidade da palavra em psicanálise. *Tempo psicanalítico*, 48(1), 171-190.
- Knobloch, F. (2015). Impasses no atendimento e assistência do migrante e refugiados na saúde e saúde mental, *Psicologia USP [online]*, 26(2), 169-174.
- Macé, M. (2018). *Siderar, considerar: migrantes, formas de vida*. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo.
- Macedo, M. M. K. & Kupermann, D. (2020). Alteridade e indiferença no contemporâneo: a indizibilidade do outro nas situações de refúgio e migração. In: J. Birman, I. Fortes & M. Macedo (Orgs.). *Psicanálise e Política* (pp. 97-107). São Paulo: Zagodoni.
- Macedo, M. M. K., Felin, M. M.; Rosa, R. R.; Dias, W. N. (2021). El Psicoanálisis y la problemática de las diásporas contemporáneas. *XIII Congreso Anual. XXXIII Symposium: cartografías del sufrimiento psíquico: avatares de época*, (pp. 150-156). Compilación de Norberto Lloves; editado por Mónica Favelukes. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Asociación Escuela Argentina de Psicoterapia para Graduados.
- Macedo, M. M. K., Rosa, R. R., & Felin, M. M. (2020). O desmentido e as faces da violência frente ao estrangeiro. In C. F. Dutra, & G. L. Pereira. (Org.). *Direitos Humanos e*

- Migrações Forçadas: migrações, xenofobia e transnacionalidade*, pp. 284-292. 1 ed. Porto Alegre: Editora Fi.
- Ministério da Justiça e Segurança Pública. Governo Federal (2019). Notícias. Brasil registra mais de 700 mil migrantes entre 2010 e 2018 [website]. Recuperado de <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1566502830.29>
- Moraes, E. G. & Macedo, M. M. K. (2011). *Vivência de indiferença: do trauma ao ato-dor*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Moraes, I. A., Andrades, C. A. A., & Mattos, B. R. B. (2013). A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios, *Conjuntura Austral*, 4(20), 95-114.
- Nunes, J. W., & Oliveira, S. D. (2015). Evidências da construção da figura do *imigrante qualificado* no Brasil: uma leitura a partir da Lei nº 6.815/80. In A. M. N. Vasconcelos & T Botega. *Política migratória e o paradoxo da globalização*, (pp. 33-52). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Nüske, A. G. & Macedo, M. M. K. (2019). Migração haitiana: o sujeito frente ao (re)encontro com o excesso, *Psicologia USP*, 30(e180081), 1-11.
- Osmo, A. & Kupermann, D. (2012). Confusão de línguas, trauma e hospitalidade em Sándor Ferenczi. *Psicologia em Estudo*, 17(2), 329-339.
- Perrone, C., & Moraes, E. G. (2014). Do trauma ao testemunho: caminho possível de subjetivação. In Sigmund Freud Associação Psicanalítica (coedição). *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*, (pp. 31-48). Porto Alegre: Criação Humana.
- Pussetti, C. (2017). “O silêncio dos inocentes”. Os paradoxos do assistencialismo e os mártires do Mediterrâneo. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 21(61), 263-272. <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0625>
- Rodríguez, J. C. F., Pineda, N. Z. D., & Muñoz, F. M. (2020). El Síndrome de Ulises: el estrés límite del inmigrante, *Revista de Estudios en Seguridad Internacional*, 6(1), 101-117.

- Rosa, M. D. (2018). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta.
- Santinho, M. C. (2013). Afinal, que asilo é este que não nos protege?. *Etnográfica*, 17(1), 5-29.
- Santos, S. M. A., Meza, I. J. L. B. (2021). Para onde vou com a minha família? Uma etnografia sobre projetos coletivos e migração venezuelana em Manaus (Brasil). *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana [online]*, 29(61), pp. 179-194. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006111>.
- Silva, L. M. M., & Lima, S. S. (2016). Imigração haitiana no Brasil: os motivos da onda migratória, as propostas para a inclusão dos imigrantes e a sua proteção à dignidade humana. *Direito, Estado e Sociedade*, 48, 167-195.
- Simões, G., Cavalcanti, L., Oliveira, T., Moreira, E., & Camargo, J. (2017). Resumo executivo. Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil. Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF: CNIg. Recuperado de https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2017/Perfil_imigracao_ven_Roraima_resumo.pdf
- Sionek, L., Assis, D. T. M., & Freitas, J. L. (2020). “Se eu soubesse, não teria vindo”: implicações e desafios da entrevista qualitativa. *Psicologia em estudo*, 25(e44987), 1-15.
- Turato, E. R. (2010). Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórica-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Vasconcelos, A. M. N., & Botega, T. (2015). Apresentação. In A. M. N. Vasconcelos & T Botega. *Política migratória e o paradoxo da globalização*, (pp. 7-10). Porto Alegre: EDIPUCRS.

Anexos

Anexo A – Parecer Consubstanciado do CEP/UFRGS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: Movimentos Migratórios: demandas à Investigação em Psicanálise

Pesquisador: Mônica Medeiros Kother Macedo

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 01929018.3.0000.5334

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFRGS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.394.808

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma emenda a projeto aprovado por este CEP em março de 2019. As pesquisadoras referem que "tendo em vista a ampliação de busca pelo Brasil como país de destino por parte de diferentes populações migrantes, extrapolando características referentes à chegada de migrantes haitianos, justifica-se o adendo apresentado ao Projeto 'Movimentos Migratórios: complexidades e demandas à Investigação em psicanálise'. Pretende-se ampliar a possibilidade de escuta e pesquisa em relação à nacionalidades diversas dos possíveis participantes do estudo. Ressalta-se a manutenção tanto dos objetivos, quanto da estrutura metodológica e cuidados éticos relativos ao Projeto anteriormente apresentado".

Assim, pelo presente adendo, as pesquisadoras colocam que não haverá mais um direcionamento apenas a migrantes haitianos, conforme inicialmente previsto, podendo constituir-se como participantes do estudo sujeitos na condição de migração e/ou refúgio independentemente de sua nacionalidade. Também se prevê a possibilidade de ampliar a coleta para outras localidades do Brasil.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos não sofreram alteração pela presente emenda.

Objetivo Geral

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 116
Bairro: Santa Cecília **CEP:** 90.035-003
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL -



Continuação do Parecer: 4.394.808

- Explorar complexidades e demandas psíquicas relativas às vivências do sujeito migrante.

Objetivos Específicos:

- Identificar modalidades narrativas produzidas pelo sujeito migrante sobre sua vivência;
- Investigar os processos de desinvestimentos e investimentos psíquicos inerentes à vivência migratória;
- Explorar os recursos psíquicos associados ao enfrentamento de demandas identitárias decorrentes da vivência migratória;
- Compreender como o fenômeno migratório incide sobre as subjetividades e na formação da identidade migrante;
- Explorar aspectos culturais relativos às formas de laço social entre o migrante e a comunidade de inserção;
- Aprimorar recursos metodológicos da prática investigativa em Psicanálise;
- Produzir aportes metapsicológicos acerca da vivência migratória;
- Fomentar a capacitação e a expertise no âmbito da investigação e do estudo sobre a complexidade do fenômeno migratório.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não foram alterados pela presente emenda.

Riscos:

O estudo poderá vir a mobilizar o entrevistado no que se refere a aspectos emocionais. Para tal, está prevista a possibilidade de encaminhamento do entrevistado ao Serviço de Psicologia a qual o estudo se vincula.

Benefícios:

O benefício desta entrevista será a contribuição que resultará para o desenvolvimento de um estudo científico sobre o fenômeno migratório, também, poderá ser uma oportunidade do participante para expressar suas percepções acerca de suas vivências pessoais. Percebe-se, portanto, a importância de reconhecer a necessidade de acolhimento e consideração aos aspectos psíquicos como condição para fomentar um devir e uma perspectiva de transformação, que teve seu início na decisão pelo deslocamento do sujeito para outro território. Toma-se necessário identificar as perdas intrínsecas a um processo de desenraizamento na medida em que o sujeito deixa um país de origem e busca outra cultura para viver, bem como reconhecer a diversidade de motivos que estão contemplados nesse movimento e que terão inegáveis efeitos no tempo a ser vivido na

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 116
Bairro: Santa Cecília CEP: 91.035-003
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 Fax: (51)3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Continuação do Parecer: 4.394.008

condição de migrante.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A emenda não prevê alterações em objetivos, método ou procedimentos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foi incluído novo termo de consentimento livre e esclarecido apenas excluindo a afirmação de que os migrantes participantes do estudo teriam nacionalidade haitiana.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há Inadequações. A emenda está aprovada.

Considerações Finais a critério do CEP:

Resalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e finais da pesquisa, por meio de plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório", para que sejam devidamente apreciados no CEP, conforme norma operacional CNS 001/13.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_1651302_E1.pdf	23/10/2020 15:55:56		Aceito
Outros	Adendo_CEPURGS_out2020.pdf	23/10/2020 15:48:45	Mônica Medeiros Kother Macedo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Novo_TCLE_UFRGS.pdf	23/10/2020 15:46:39	Mônica Medeiros Kother Macedo	Aceito
Outros	TermoCiencia.jpg	10/01/2019 13:13:08	Mônica Medeiros Kother Macedo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	novotcle.pdf	10/01/2019 13:12:43	Mônica Medeiros Kother Macedo	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	05/10/2018 18:05:19	Mônica Medeiros Kother Macedo	Aceito
Parecer Anterior	CEPPUCRS.docx	04/10/2018 21:10:40	Mônica Medeiros Kother Macedo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	04/10/2018 21:05:38	Mônica Medeiros Kother Macedo	Aceito

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 116
Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5998 Fax: (51)3308-5998 E-mail: cep-pelco@ufrgs.br

INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL -



Continuação do Parecer: 4.394.008

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	04/10/2018 20:57:19	Mônica Medeiros Kother Macedo	Acelto
Outros	ufrgs.pdf	04/10/2018 20:50:24	Mônica Medeiros Kother Macedo	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 12 de Novembro de 2020

Assinado por:

Jerusa Fumagalli de Salles
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 116
Bairro: Santa Cecília CEP: 91.035-003
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 Fax: (51)3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

As migrações constituem-se em um fenômeno mundialmente relevante e que traz em seu bojo desdobramentos em nível social, econômico, jurídico e também psicológico, exigindo a reflexão dos mais diversos setores sociais. Estamos convidando-o(a) para participar da pesquisa intitulada "Movimentos Migratórios: complexidades e demandas à investigação em Psicanálise". Este estudo está vinculado ao Grupo de Pesquisa coordenado pela Dra. Mônica Medeiros Kother Macedo, na Linha Psicanálise e Cultura no Programa de Pós-Graduação Psicanálise: Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Tal estudo prevê a participação de migrantes/refugiados que tiveram o Brasil como destino no processo de deslocamento desde seu país de origem. Para tanto, será realizada uma entrevista a ser gravada em áudio e, posteriormente, transcrita. Os achados obtidos nesta pesquisa serão utilizados para fins de publicações científicas, mas fica assegurada a preservação do sigilo quanto à identificação dos participantes.

A participação nesse estudo é voluntária, e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a). O maior desconforto que você poderá experimentar relaciona-se ao fato de abordar situações que podem ter sido difíceis, podendo vir a lhe provocar alguma mobilização afetiva. Caso haja necessidade, está assegurada sua possibilidade de encaminhamento à Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS. O benefício desta entrevista será a contribuição que estará dando para o desenvolvimento de um estudo científico e, também, poderá ser uma oportunidade para expressar suas percepções acerca de suas vivências pessoais. Você poderá, em qualquer momento, solicitar novas informações e modificar sua decisão de participação se assim o desejar.

Quaisquer dúvidas relativas a esta pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, Dra. Mônica Medeiros Kother Macedo, fone (51)33085066. Os dados decorrentes da pesquisa serão armazenados na sala 141 do Instituto de Psicologia, Rua Ramiro 2600, pelo período de cinco anos. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), localizado na Rua Ramiro Barcelos, 2600, Porto Alegre /RS, Brasil, CEP: 90035-003, Fone/Fax: (51) 3308.5698. E-mail: cep-psico@ufrgs.br Horário de atendimento: de segunda à sexta-feira, das 17h às 20horas (atendimento presencial) e de segunda à sexta-feira das 13h às 20horas (atendimento por e-mail e telefone).

Declaro que recebi uma via, de igual forma e teor, do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Assinatura do participante

Data

Pesquisadora responsável

Data

Anexo C - Ficha de Dados Pessoais e Sociodemográficos

Data: _____ / _____ / _____

Dados de Identificação:

Profissão: _____

Sexo: _____

Data de Nascimento: _____

Nacionalidade: _____

Cidade de origem: _____

Data da Chegada ao Brasil: _____

Países, Estados e Cidades por onde passou: _____

País de destino: _____

Estado Civil:

 Solteiro (a) Casado (a) Viúvo (a) União Estável Divorciado (a)**Dados Familiares**

Com quem você mora?

 Sozinho Pai Mãe Irmãos /Quantos? _____ Companheiro (a) /Quanto tempo? _____ Filhos (as) / Quantos? _____ Idades: _____ Outros _____**Familiares próximos (marido/esposa, filhos(as), irmãos, pais)**Vieram junto? Sim Não

Quem? _____ Permanecem? _____ Trabalham? _____

Permaneceram? Sim Não

Quem? _____ Onde? _____

Dados de SaúdeTem atividades de lazer? Sim Não

Quais: _____

Você fez/faz tratamento psicológico/psiquiátrico? () Sim () Não

Há quanto tempo? _____

Motivo: _____

Faz uso de medicação psiquiátrica? () Sim () Não

Qual: _____

Há quanto tempo? _____

Fez uso de medicação psiquiátrica? () Sim () Não

Por quanto tempo? _____

Dados Profissionais:

Escolaridade: () Ensino Médio Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Ensino Superior Incompleto

() Ensino Superior Completo

() Pós-Graduação

Trabalhos que já realizou: _____

Períodos de realização dos trabalhos: _____

Profissão: _____

Trabalha atualmente? () Sim () Não Período: _____

Carga horária de trabalho semanal total: _____

Atividades desempenhadas pelo profissional: _____
